

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BRASIL

PROGRAMA PRÓ-ENERGIA RS DISTRIBUIÇÃO – CEEE-D

(BR-L1284)

RELATÓRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (RGAS) (IGAS em Español, ESMR in English)

JANEIRO DE 2011

CATEGORIA AMBIENTAL E SOCIAL: B

Equipe do Projeto: Sylvia Larrea (INE/ENE) e Natacha Marzolf (INE/ENE), Co-Chefes da Equipe; Jorge Mercado (INE/ENE); Jorge Ordoñez (INE/ENE); Jose Felix-Filho (VPS/ESG); Teresa Maurea Faria (LEG/SGO); Mônica Merlo (CSC/CBR); Carlos Lago (CSC/CBR); SOMA, Soluções em Meio Ambiente (Consultores Ambientais e Sociais); sob a supervisão de Leandro Alves, Chefe de Divisão (INE/ENE) e Fernando Carrillo-Florez (CSC/CBR)

PROGRAMA PRÓ-ENERGIA RS DISTRIBUIÇÃO – CEEE-D
(BR-L1284)
RELATÓRIO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL (RGAS)

ÍNDICE

LISTA DE SIGLAS	iii
I INTRODUÇÃO	1
II DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E DA COMPANHIA	2
A.A Companhia CEEE-D - Unidades e Operações Existentes	2
B. Programa Pró-Energia RS Distribuição	3
III ASPECTOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS.....	6
A. Aspectos Institucionais	6
<i>A.1 Setor Elétrico.....</i>	<i>6</i>
<i>A.2 Meio Ambiente.....</i>	<i>6</i>
<i>A.3 Saúde e Segurança</i>	<i>8</i>
B. Aspectos Legais	8
<i>B.1 Setor Elétrico.....</i>	<i>8</i>
<i>B.1 Meio Ambiente.....</i>	<i>9</i>
<i>B.2 Saúde e Segurança</i>	<i>10</i>
C. Status de Conformidade Legal do Programa	11
<i>C.1 Conformidade Ambiental.....</i>	<i>11</i>
<i>C.2 Conformidade em Saúde e Segurança.....</i>	<i>12</i>
D. Status de Conformidade Legal da Companhia	12
<i>D.1 Conformidade Ambiental.....</i>	<i>12</i>
<i>D.2 Conformidade em Saúde e Segurança.....</i>	<i>12</i>
<i>D.3 Conformidade com Requisitos de Corpos de Bombeiros</i>	<i>13</i>
IV CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS.....	13
A. Condições Ambientais	13
<i>A.1 Clima</i>	<i>13</i>
<i>A.2 Hidrografia.....</i>	<i>14</i>
<i>A.3 Vegetação</i>	<i>14</i>
<i>A.4 Fauna.....</i>	<i>14</i>
<i>A.5 Unidades de Conservação.....</i>	<i>15</i>
B. Condições Sociais e Econômicas	15
<i>B.1 Demografia.....</i>	<i>15</i>
<i>B.2 Economia.....</i>	<i>16</i>
<i>B.3 Educação.....</i>	<i>17</i>
V IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS MITIGADORAS	17
A. Impactos Negativos e Riscos Ambientais e Sociais Associados à Construção das Obras do Programa e Medidas Mitigadoras	18
<i>A.1 Impactos associados à aquisição de terrenos e estabelecimento de faixas de servidão</i>	<i>18</i>
<i>A.2 Limpeza de vegetação nativa.....</i>	<i>19</i>
<i>A.3 Fragmentação de habitat.....</i>	<i>20</i>
<i>A.4 Impactos na fauna</i>	<i>20</i>
<i>A.5 Contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas</i>	<i>20</i>
<i>A.6 Geração de resíduos.....</i>	<i>20</i>
<i>A.7 Re-suspensão de pó e emissões aéreas.....</i>	<i>20</i>
<i>A.8 Aumento nos níveis de ruído e de vibração.....</i>	<i>21</i>
<i>A.9 Impactos associados com o tráfego de construção</i>	<i>21</i>
<i>A.10 Risco de impacto em outras redes de infra-estrutura.....</i>	<i>21</i>
<i>A.11 Risco de impactos em elementos arqueológicos e históricos</i>	<i>21</i>
<i>A.12 Impactos associados à chegada de trabalhadores de outras regiões</i>	<i>22</i>
<i>A.13 Riscos de acidentes envolvendo trabalhadores ou transeuntes.....</i>	<i>22</i>

B. Impactos Negativos e Riscos Ambientais e Sociais Associados à Operação e Manutenção das Obras do Programa e Medidas Mitigadoras	22
<i>B.1 Vazamento ocasional de óleo mineral.....</i>	<i>22</i>
<i>B.2 Bifenilas policloradas (“PCBs”) – “Askarel”</i>	<i>22</i>
<i>B.3 Gerenciamento de resíduos sólidos.....</i>	<i>23</i>
<i>B.4 Ruído.....</i>	<i>23</i>
<i>B.5 Poda da vegetação</i>	<i>24</i>
<i>B.6 Fauna.....</i>	<i>24</i>
<i>B.7 Campos elétricos e magnéticos</i>	<i>24</i>
C. Impactos Positivos e Benefícios Associados ao Programa.....	24
D. Impactos e Riscos Ambientais e Sociais Relevantes Associados à Companhia em Geral	25
<i>D.1 Considerações sobre reassentamento</i>	<i>25</i>
<i>D.2 Relações com a comunidade.....</i>	<i>25</i>
<i>D.3 Gerenciamento de resíduos sólidos.....</i>	<i>26</i>
<i>D.4 Potenciais passivos ambientais associados à contaminação dos solos e das águas.....</i>	<i>27</i>
<i>D.5 Bifenilas policloradas (PCBs) - Askarel</i>	<i>28</i>
<i>D.6 Hexafluoreto de Enxofre (SF6).....</i>	<i>28</i>
<i>D.7 Risco de ocupação indevida de faixas de servidão de linhas de distribuição</i>	<i>28</i>
<i>D.8 Aumento nos níveis de ruído.....</i>	<i>29</i>
<i>D.9 Impacto na fauna.....</i>	<i>30</i>
<i>D.10 Campos elétricos e magnéticos</i>	<i>30</i>
E. Potenciais Riscos de Reputação ao BID Associados a outras Atividades da CEEE-D	30
<i>E.1 Passivo Ambiental - Ação Civil Pública.....</i>	<i>31</i>
<i>E.2 Ligação de Energia em Área de Preservação Permanente – Mostardas/RS</i>	<i>32</i>
<i>E.3 Ligação a uma Comunidade na Ilha das Flores</i>	<i>32</i>
<i>E.4 Contaminação na Usina Dieselétrica de Santa Vitória do Palmar.....</i>	<i>33</i>
VI GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE SAÚDE E SEGURANÇA.....	33
A. Sistema de Gestão Ambiental e Social	33
B. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança	34
C. Responsabilidade Ambiental e Social.....	34
VII DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA	35
VIII AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA.....	36
IX RECOMENDAÇÕES E REQUISITOS A SEREM INCLUÍDOS NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO.....	37
ANEXO 1: FIGURA E TABELAS.....	40
Figura 1: Mapa com Localização da Área de Concessão da CEEE-Distribuição.....	40
Tabela 1.1: Principais características das subestações novas contempladas no Programa.....	41
Tabela 1.2 - Principais características das subestações a serem readequadas que estão contempladas no Programa.....	41
Tabela 1.3 - Principais características das linhas de subtransmissão novas contempladas no Programa	42
Tabela 1.4 - Principais características das adequações das linhas de subtransmissão existentes contempladas no Programa.....	42
ANEXO 2:.....	43
Plano de Ação Ambiental e de Saúde e Segurança - Programa Pró-Energia RS Distribuição – CEEE-D.....	43

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRADEE - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica
AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
APP – Área de Preservação Permanente
APR – Análise Preliminar de Risco
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEA - Centro de Educação Ambiental
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEEE-D - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica
CEEE-GT - Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CETAF - Centro de Treinamento
CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM – Conselho de Política Ambiental
COD - Centro de Operações da Distribuição
COS – Centro de Operações do Sistema
DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor
DEFAP - Departamento de Florestas e Áreas Protegidas
DEFIT - Departamento de Fiscalização do Trabalho
DESUC – Divisão de Suprimentos de Campinas
DIREM – Diretoria de Infra-estrutura e Monitoramento
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DRFA - Divisão de Recursos Florestais e Ambientais
DRT – Delegacia Regional do Trabalho
DSST - Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EPC - Equipamento de Proteção Coletiva
EPI - Equipamento de Proteção Individual
ERP - *Enterprise Resource Planning*
FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler - RS
FUNDACENTRO - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
GEE – Gases de Efeito Estufa
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal
IEF – Instituto Estadual de Floresta
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional
ISO – *International Standard Organization* (Organização Internacional de Normas Técnicas)
ISO 14001 – Norma Internacional para Gestão Ambiental
JEC - Juizado Especial Cível
LI – Licença Ambiental de Instalação
LO – Licença Ambiental de Operação
LP – Licença Ambiental Prévia
LT – Linha de Transmissão

MMA – Ministério do Meio Ambiente
MP-RS - Ministério Público do Rio Grande do Sul
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NBR – Norma Brasileira
NR - Norma Regulamentadora
OHSAS – Organização Internacional para Normas de Saúde e Segurança Ocupacionais
OHSAS 18001 – Norma Internacional para Gestão de Saúde e Segurança Ocupacionais
OMS - Organização Mundial da Saúde
OR - Orientação de Segurança
PADAC – Procedimento para Apuração de Dano Coletivo
PBA - Projeto Básico Ambiental
PCBs - Bifenilas Policloradas (ou “Askarel”)
PCMAT – Programa de Condições de Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção
PCMSO – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PIB - Produto Interno Bruto
PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
PPCI - Plano de Prevenção e Combate a Incêndio
PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRAS – Projeto de Recuperação Ambiental e Subsistência
PROCON – Instituto de Defesa do Consumidor
RAA - Relatório de Análise Ambiental
RAT - Relatório de Acidente de Trabalho
RCAS - Relatórios de Conformidade Ambiental e Social
RD - Rede de Distribuição
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
ROL - Receita Operacional Líquida
SE – Subestação Elétrica
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul
SESI - Serviço Social da Indústria
SGA – Sistema de Gestão Ambiental
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente
SIPAT - Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho
SIT - Secretaria de Inspeção do Trabalho
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta
UPM - Usina de Preservação de Madeira

I INTRODUÇÃO

- 1.1 A CEEE-D Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (“CEEE-D”, “Companhia” ou “Concessionária”) é uma empresa de economia mista de capital aberto, que tem suas origens em 1943 e foi reestruturada em 2006. Desde então, é a concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica da Região Sul-Sudeste do Estado do Rio Grande do Sul (ver **Figura 1 no Anexo 1**), que inclui a Região Metropolitana de Porto Alegre e abrange 72 municípios em uma área de aproximadamente 74 mil km². Em 2009, a CEEE-D atendeu cerca de 1,4 milhões de unidades consumidoras (aprox. 3,6 milhões de pessoas), para os quais distribuiu cerca de 6,9 GWh de energia, o que representa em torno de 32% do mercado no estado.
- 1.2 A rede de distribuição da CEEE-D é composta por subestações elétricas, linhas de subtransmissão de 69 e 138 kV e linhas de distribuição. Os componentes da rede de distribuição bem como as instalações da CEEE-D necessitam permanentemente adequar a sua capacidade às exigências de mercado, evitando operar com elevado índice de carregamento e níveis de confiabilidade abaixo dos padrões exigidos pela sociedade e órgão regulador. Em vista disso, há necessidade de melhoria da qualidade no fornecimento de energia e da redução de perdas técnicas, associado à obrigatoriedade de atendimento do crescimento de carga na área de concessão, dentro de padrões adequados.
- 1.3 A Companhia desenvolveu um programa, denominado “Programa Pró-Energia RS Distribuição CEEE-D” (“Programa”), que permitirá a CEEE-D modernizar suas instalações para adequá-las aos novos requisitos de qualidade exigidos pelo mercado e pelo órgão regulador (“ANEEL”). O custo total do Programa está orçado em cerca de US\$ 218,6 milhões, sendo que o montante em consideração para financiamento por parte do BID está estimado em torno de US\$ 130,5 milhões, sendo os restantes US\$ 88,1 milhões por parte da Companhia.
- 1.4 O Programa irá resultar numa maior eficiência do sistema de distribuição através de melhorias na qualidade e confiabilidade do sistema elétrico e redução das perdas. O Programa é consistente com: (i) a Iniciativa de Energia Sustentável e Mudanças Climáticas do Banco Interamericano de desenvolvimento (“BID”) (*SECCI – Sustainable Energy and Climate Change Initiative*), cuja uma das metas visa contribuir para o aumento da eficiência energética e redução de gases de efeito estufa (“GEE”); e (ii) as prioridades estabelecidas na preparação da Estratégia do Banco com o Brasil, onde um dos objetivos é promover o desenvolvimento com estabilidade e ambientalmente sustentável.
- 1.5 O Programa Pró Energia RS Distribuição é uma operação que envolve a ampliação/modernização, ou adequação de instalações já existentes e/ou construção de novas instalações de porte médio (subestações elétricas e linhas de subtransmissão). Desta forma, as obras envolvidas vão ser de porte pequeno a moderado e ser executadas de forma dispersa dentro da área de concessão da CEEE-D. Além do mais, no caso de novas linhas, serão utilizadas, sempre que possível, áreas de servidão ou corredores públicos já existentes. Deste modo, não são previstos impactos negativos significativos associados às obras do Programa. Assim, de acordo com a Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas do BID (OP-703), o Programa foi classificado como de Categoria B. As Diretrizes da Política do Banco OP-703 que foram identificadas como de relevo para a operação são: B.3, B.4, B.5, B.6, B.7 e B.11.

- 1.6 Apesar do projeto em análise para eventual financiamento pelo BID incluir apenas o Programa, a Equipe do Projeto analisou também aspectos relacionados com outras atividades e instalações da CEEE-D, para identificar possíveis passivos ambientais e sociais, assim como potenciais riscos reputacionais relevantes associados à Companhia, em geral.
- 1.7 Para a análise dos aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança ocupacionais associados ao Programa e à Companhia, em geral, o BID realizou, com o auxílio do seu Consultor Ambiental e Social (SOMA, Soluções em Meio Ambiente, Ltda.), uma Avaliação Ambiental e Social, que envolveu revisão de documentos e informações disponíveis, visitas de reconhecimento de campo e reuniões e entrevistas com representantes da CEEE-D. Os objetivos principais desta avaliação consistiram em:
- (i) confirmar que medidas adequadas de mitigação foram adotadas para controlar impactos e riscos ambientais, sociais, e de saúde e segurança associados ao Programa;
 - (ii) avaliar a conformidade do Programa em relação a políticas e legislações nacionais, estaduais e municipais ambientais, de saúde e segurança, bem como relativamente a políticas e diretrizes ambientais e sociais do BID;
 - (iii) examinar as atividades de divulgação de informação e de consulta ao público que foram realizadas no âmbito do Programa, bem como propor eventuais ações futuras que contribuam para haver um fluxo adequado de informações ao público local, caso seja necessário;
 - (iv) revisar o processo de aquisição de terras associado ao Programa para avaliar conformidade com as políticas aplicáveis do BID, particularmente em relação à Política OP-710 sobre Reassentamento Involuntário;
 - (v) examinar os procedimentos da Companhia para gerenciamento dos resíduos a serem gerados na implementação do Programa, bem como para prevenir e controlar derrames e vazamentos de óleo;
 - (vi) avaliar as principais atividades e instalações mais relevantes da CEEE-D para identificar possíveis passivos associados a impactos e riscos ambientais e sociais, bem como de saúde e segurança;
 - (vii) examinar a existência de potenciais riscos de reputação ao BID associados a outras atividades da CEEE-D; e
 - (viii) avaliar a capacidade e o empenho da Companhia, para gerir adequadamente questões ambiental e social, saúde e segurança e respeitar as regulamentações aplicáveis, bem como as políticas, diretrizes e recomendações do BID.

II DESCRIÇÃO DO PROGRAMA E DA COMPANHIA

A. A Companhia CEEE-D - Unidades e Operações Existentes

- 2.1 Com sede em complexo próprio na capital do estado, Porto Alegre, a CEEE-D é uma empresa de economia mista e uma das concessionárias dos serviços de distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul. Sua área de concessão compreende 72 municípios. Em Agosto de 2010, do total de unidades consumidoras na área de concessão da CEEE-D, 84% eram unidades residenciais, 8% comerciais, 6% rurais, 1% industriais e mais 1% outros. O sistema de distribuição da CEEE-D está dividido em três regiões elétricas: Metropolitana, Regional

Norte e Regional Sul. A Metropolitana, com o maior consumo, responde por 65% do total da concessionária.

- 2.2 O sistema de distribuição da CEEE-D é formado a partir de pontos de suprimento do sistema de transmissão da Rede Básica, sendo composto por cerca de 1,8 mil km de linhas de subtransmissão (“LTs”) em 69 kV e 138 kV; aproximadamente 76 mil km de linhas da rede de distribuição (“RD”) e 52 subestações elétricas (“SEs”), que totalizam uma potência instalada de cerca de 2 mil MVA.
- 2.3 A rede de subtransmissão é composta por cabos aéreos e subterrâneos nas tensões de 138 kV e 69 kV. As linhas de subtransmissão estão instaladas em toda a área de concessão da CEEE-D, sendo conectadas em suas extremidades a subestações, as quais rebaixam as tensões de 138 kV e/ou 69 kV para as tensões de 13,8 kV e/ou 23 kV. A CEEE-D também possui conectados ao seu sistema de 138 kV e/ou 69 kV, consumidores atendidos nestas tensões referidas.
- 2.4 A rede de distribuição é composta por linhas aéreas, tendo a finalidade de distribuir energia elétrica ao consumidor a partir das subestações. Situam-se nos logradouros públicos, como praças, ruas e avenidas, bem como no meio rural. É composta pela Rede Primária (ou de Média Tensão), nas tensões de 13,8 kV ou de 23 kV, bem como pela Rede Secundária (ou Baixa Tensão), nas tensões de 380/220 V ou de 220/127 V. O fornecimento de energia para os consumidores pode ser feito tanto nas tensões de 13,8 kV, 23 kV como de 220 V e 127 V. A rede de distribuição é composta por postes de concreto ou madeira (são cerca de 900 mil postes instalados em logradouros públicos), cruzetas, isoladores, condutores, chaves-fusíveis, pára-raios, transformadores, capacitores, dispositivos de aterramento, etc. Fazem também parte da rede os medidores, bem como as subestações dos consumidores.
- 2.5 A CEEE-D possui e opera também as seguintes instalações relevantes: (i) Centro de Armazenamento de Berto Círio (armazenamento de equipamentos e peças, novos e obsoletos, bem como de óleos e alguns resíduos), situado em Nova Santa Rita, Região Metropolitana de Porto Alegre; (ii) Oficina de Manutenção de Transformadores, situada no complexo da sede; (iii) Oficina de Manutenção de Transformadores em Pelotas; (iv) Usina de Preservação de Madeira (“UPM”) Carola, em Charqueadas; (v) UPM Alegrete, em Alegrete; (vi) Horto Florestal Giruá, em Alegrete; (vii) Horto Florestal Carola, em Charqueadas; e (viii) Horto Florestal Candiota, em Candiota.
- 2.6 Devido ao caráter de uma empresa de economia mista de interesse público, a CEEE-D contrata empregados exclusivamente por concurso público. A Companhia possui atualmente cerca de 2,8 mil empregados, sendo que no ano de 2009, foram admitidos aproximadamente 234 novos empregados. Os funcionários estão distribuídos em 44 municípios do Estado, sendo que mais da metade estão lotados em Porto Alegre. Destaca-se, também, o contingente de empregados em Pelotas, Osório, Rio Grande, Bagé e Camaquã.

B. Programa Pró-Energia RS Distribuição

- 2.7 O Programa visa garantir a infra-estrutura elétrica necessária para atender o crescimento atual da demanda de energia, impulsionado pelos índices de crescimento econômico do Brasil, bem como apoiar o aumento de demanda que se espera devido a um forte incremento durante a Copa do Mundo 2014, já que Porto Alegre será uma das cidades sede.

- 2.8 O Programa tem como objetivos específicos: (a) melhorar os indicadores de confiabilidade e qualidade de prestação de serviço; (b) reduzir as perdas técnicas e comerciais; (c) expandir e adequar o sistema de distribuição de alta e média tensão da CEEE-D de tal maneira que possa atender o crescimento da demanda; e (d) modernizar a gestão da Companhia mediante um novo sistema corporativo de tecnologia da informação ou de gestão integrada *Enterprise Resource Planning* (“ERP”) que permita agilizar os processos e seus respectivos controles.
- 2.9 O Programa em consideração na presente operação envolve um plano de expansão e modernização de infra-estrutura, bem como de sistemas de gestão e desenvolvimento institucional, e é composto por seis componentes, descritos a seguir:
- (i) *Componente I: Investimentos no sistema de distribuição de alta tensão.* Obras no sistema de 138 e 69 kV, para atendimento ao crescimento do mercado, contemplando a implantação de 9 subestações novas, ampliação/adequação de outras 9 subestações, e construção ou readequação de 17 linhas de distribuição de alta tensão (ou subtransmissão). Neste grupo estão as principais obras que necessitam ser implantadas a curto e médio prazo, determinadas no estudo de planejamento da Região Metropolitana, além das demais necessidades identificadas no restante da área de concessão. As subestações e linhas de subtransmissão integradas no Programa em análise pelo BID são indicadas nas **Tabelas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4**, apresentadas no **Anexo 1**.
 - (ii) *Componente II: Modernização de equipamentos de distribuição de alta tensão.* Obras no sistema de transmissão visando a melhoria da confiabilidade das instalações, contemplando a substituição de cerca de 623 equipamentos (disjuntores, transformadores de corrente, de potencial e religadores) e a implantação de sistema de telecomando e supervisão em 20 subestações.
 - (iii) *Componente III: Investimentos no sistema de distribuição de média tensão.* Obras no sistema de média tensão para atendimento ao crescimento do mercado, consistindo na construção de cerca de 910 km de rede aérea e na expansão do sistema subterrâneo de Porto Alegre.
 - (iv) *Componente IV: Atualização do controle em sistemas de distribuição de média tensão.* Obras no sistema de média tensão para melhoria da qualidade do fornecimento, compreendendo a instalação de aproximadamente 558 equipamentos (reguladores, banco de capacitores, chaves e religadores).
 - (v) *Componente V: Modernização do Sistema Corporativo de Gestão.* Aquisição de um Sistema Integrado de Gestão (ERP - *Enterprise Resource Planning*). O ERP suportará as transações operacionais de todas as funções básicas da Companhia, integrando-as e gerando a principal base de informações corporativas.
 - (vi) *Componente VI: Desenvolvimento Institucional.* Através do Componente de Desenvolvimento Institucional a CEEE-D deverá desenvolver ações para gestão das obras a serem financiadas pelo BID, inclusive em termos de supervisão e monitoramento ambiental e social.

- 2.10 As obras das subestações e linhas de distribuição contempladas no Programa devem ser finalizadas até 2014. Na operacionalização dos investimentos nas obras do sistema elétrico de distribuição (Componentes I, II, III e IV), a elaboração do projeto básico, especificações e fiscalização será realizada por empregados da CEEE-D. A implantação das obras de linhas e subestações será realizada através da contratação de materiais, serviços e projetos executivos, por meio de processo licitatório, utilizando mão de obra terceirizada (da ordem de 80% deverá ser contratada localmente). Os serviços de operação e manutenção do sistema elétrico, após a conclusão do projeto, estarão a cargo da própria concessionária de distribuição, utilizando mão de obra própria.
- 2.11 As obras contempladas no Programa serão executadas de maneira dispersa na área de concessão da CEEE-D e, individualmente, não serão de elevada magnitude. Os principais impactos ambientais e sociais potenciais estarão associados à etapa de construção e serão aqueles típicos de obras desta natureza. Também, devido à natureza das obras nas subestações e linhas de subtransmissão, não deverão ocorrer aglomerações de trabalhadores em canteiros, já que se trata de empreendimentos diversos e esparsamente situados dentro da área de concessão. Além do mais, os Componentes V e VI do Programa não envolvem obras e, assim, não terão associados impactos negativos ambientais, sociais, ou de saúde e segurança.
- 2.12 As **Tabelas 1.1 a 1.4**, apresentadas no **Anexo 1**, indicam características mais detalhadas das seguintes obras previstas no Programa: (a) **Tabela 1.1** subestações novas; (b) **Tabela 1.2** adequações de subestações existentes; (c) **Tabela 1.3** linhas de subtransmissão novas; e (d) **Tabela 1.4** linhas de subtransmissão que serão reformadas, sendo todas essas obras pertencentes ao Componente I.
- 2.13 Cabe salientar alguns aspectos relevantes indicados nessas Tabelas, a começar pelo fato de que nenhuma obra do programa foi iniciada.
- 2.14 Com relação à emissão de ruídos, importante observar que as SEs abrigadas e semi-abrigadas são mais compactas e protegidas que as convencionais, implicando em menor ocupação de terreno e emissões mais reduzidas de ruídos para as zonas circundantes.
- 2.15 Nenhuma subestação a ser adequada possui equipamentos com bifenilas policloradas (“PCBs”), assim como as novas também não terão, em cumprimento aos requisitos legais. Em todas as subestações a serem reformadas, está previsto a inclusão de bacia de contenção de vazamentos de óleos.
- 2.16 Entre as LTs, as duas únicas novas que não serão implantadas em faixas urbanas, já possuem a faixa de domínio implantada. Salienta-se ainda que não há registro de ocupação indevida ou invasões nas faixas de servidão, tanto das já implantadas, quanto das novas.

III ASPECTOS INSTITUCIONAIS E LEGAIS

A. Aspectos Institucionais

A.1 *Setor Elétrico*

Nível Federal

- 3.1 O órgão regulador do setor elétrico a nível federal é a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), que foi criada pela Lei 9.427 de 26 de dezembro de 1996. A ANEEL tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.
- 3.2 Para a distribuição de energia elétrica, cada empresa possui um contrato de concessão específico firmado com o Estado ou União, através da ANEEL. O regime de concessão da CEEE-D, para a prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, está estabelecido em contrato com a ANEEL de N.º 81/99, de 25 de outubro de 1999, com vigência até julho de 2015.

Nível Estadual

- 3.3 No Estado do Rio Grande do Sul a concessão da CEEE-D para distribuição de energia elétrica é fiscalizada pela Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (“AGERGS”).

A.2 *Meio Ambiente*

Nível Federal

- 3.4 As principais entidades federais responsáveis pelo licenciamento, gestão e fiscalização de atividades potencialmente causadoras de impactos sobre o meio ambiente são: o Ministério do Meio Ambiente (“MMA”), o Conselho Nacional de Meio Ambiente (“CONAMA”) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (“IBAMA”).
- 3.5 O MMA é o órgão do Executivo responsável pela formulação e revisão da Política Nacional de Meio Ambiente, conforme os princípios e direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988 (no seu Capítulo VI).
- 3.6 A Lei Federal N.º 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (“PNMA”), também criou o Sistema Nacional do Meio Ambiente (“SISNAMA”) e o CONAMA. Este último, na qualidade de órgão consultivo e deliberativo, tem a tarefa principal de formular e aprovar Resoluções e outros dispositivos legais relacionados à conservação, preservação e ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos no território nacional. As Leis

Federais 7804 de 18 de junho de 1989 e 8028 de 12 de abril de 1990, e o Decreto Federal 99274 de 6 de junho de 1990 organizaram o SISNAMA para promulgar legislação e implementar a PNMA.

- 3.7 O IBAMA é a agência responsável pela aplicação das leis ambientais e Resoluções do CONAMA, assim como pelo licenciamento ambiental de projetos ou atividades que podem interferir em áreas ambientalmente sensíveis, protegidas por lei federal (incluindo Unidades de Conservação), ou implicar em impactos que afetem áreas em mais de um estado brasileiro. O IBAMA também pode ser consultado pelas autoridades ambientais estaduais nos casos em que estão previstos impactos sobre a fauna silvestre, ou em que há dúvidas sobre a viabilidade de intervenções em Áreas de Preservação Permanente (“APPs”), definidas conforme o Código Florestal e legislação complementar subsequente.

Nível Estadual

- 3.8 O Decreto Nº 23.082, de 26 de Abril de 1974 instituiu a Política Estadual de Proteção Ambiental, organizando sob forma de sistema as atividades de Proteção do Meio Ambiente, além de outras providências.
- 3.9 A Lei Nº 9.077, de 4 de Junho de 1990 instituiu a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (“FEPAM”), posteriormente designada como Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (“SEMA”), a quem caberá atuar como órgão técnico do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, fiscalizando, licenciando, desenvolvendo estudos e pesquisas e executando programas e projetos, com vistas a assegurar a proteção e preservação do meio ambiente no Estado no Rio Grande do Sul.
- 3.10 O Conselho Estadual do Meio Ambiente (“CONSEMA”) é o órgão superior do Sistema Estadual de Proteção Ambiental. Tem caráter deliberativo e normativo e é responsável pela aprovação e acompanhamento da implementação da Política Estadual do Meio Ambiente. Seus membros são representantes da sociedade civil, governo, organizações não-governamentais, federação de trabalhadores, do setor produtivo e universidades.
- 3.11 O Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (“DEFAP”) é o órgão da SEMA responsável pela política florestal e gestão de unidades de conservação do Estado, através de ações de normatização, planejamento, programas, coordenação, licenciamento, cadastramento e fiscalização. O DEFAP licencia atividades que envolvam o manejo de vegetação, emitindo as respectivas autorizações ou alvarás.

Nível Municipal

- 3.12 No Estado do Rio Grande do Sul, praticamente todos os municípios contam com leis orgânicas que incluem capítulo específico sobre questões ambientais, dada a competência deste nível de governo em tratar do assunto, conforme definido pela Constituição Federal de 1988.
- 3.13 Alguns municípios contam também com leis e decretos ambientais municipais, sendo que outros dispõem ainda de Secretaria Municipal de Meio Ambiente e/ou Conselho Municipal de

Meio Ambiente, os quais emitem resoluções sobre o tema, podendo licenciar empreendimentos de micro e pequeno portes, com impacto local.

- 3.14 Os aspectos de meio ambiente envolvidos na atividade de Distribuição de Energia Elétrica, como no caso da CEEE-D, são tratados diretamente com a FEPAM, DEFAP, e/ou municípios, quando estes estiverem habilitados para licenciamento ambiental de atividades com impacto local, através de Decreto específico emitido pela FEPAM.

A.3 Saúde e Segurança

- 3.15 A Constituição Brasileira de 1988 estabelece como competência exclusiva do Governo Federal legislar sobre direitos trabalhistas. A Lei Federal 6514 define responsabilidades relativas à saúde e segurança do trabalho. O Ministério do Trabalho e Emprego (“MTE”), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (“SIT”) e seu Departamento de Fiscalização do Trabalho (“DEFIT”) e Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (“DSST”), tem a competência de formular e aprovar Normas Regulamentadoras (“NRs”) e coordenar, orientar, controlar e supervisionar as atividades relacionadas à medicina e à segurança do trabalho no Brasil.
- 3.16 No âmbito dos estados, a fiscalização dos aspectos de saúde ocupacional e segurança do trabalho estão a cargo das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (“SRTEs”) do MTE.
- 3.17 A Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (“FUNDACENTRO”) foi criada em 1966 para dar suporte técnico ao MTE, a fim de revisar e melhorar a legislação, conduzir pesquisas e acompanhar estatísticas, bem como atuar como especialista em questões de saúde e segurança do trabalho.

B. Aspectos Legais

- 3.18 A legislação brasileira (Federal, Estadual e Municipal) é emitida pelos poderes legislativo, executivo e por órgãos e agências do poder executivo. Os documentos que compõe a legislação incluem Constituições (Federal, Estaduais) ou Leis Orgânicas (Municipais), Leis (emitidas pelo poder legislativo), Decretos (emitidos pelo poder executivo), e ainda Resoluções, Deliberações, Portarias, Normas, Instruções, etc., emitidas por órgãos e agências federais, estaduais e municipais. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (“ABNT”), com base na Lei Federal 8078 de 11 de setembro de 1990, Art. 39, VIII, emite normas técnicas que podem ser exigidas se expressamente citadas em legislação, ou recomendadas como melhores práticas por agências reguladoras federais, estaduais e municipais.

B.1 Setor Elétrico

- 3.19 A legislação que regula a concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica é composta basicamente de leis e decretos federais e Resoluções da ANEEL. Regularmente a ANEEL emite e publica no Diário Oficial da União resoluções (Resoluções Normativas) voltadas às atividades do setor de energia elétrica. Estas resoluções são numeradas sequencialmente por ano e tem caráter normativo, pois, são atos regulamentares de alcance ou interesse geral, voltados às atividades do setor elétrico e têm por objeto o estabelecimento de

diretrizes, obrigações, encargos, condições, limites, regras, procedimentos, requisitos ou quaisquer direitos e deveres dos agentes e usuários desse serviço público.

B.1 Meio Ambiente

- 3.20 A maioria da legislação brasileira sobre meio ambiente e licenciamento ambiental foi promulgada após os anos 80, e com maior concentração nos anos 90 e após. Regulamentações ambientais ou afins são requeridas no Brasil em três esferas: federal, estadual e municipal. Regulamentações federais referem-se a aspectos que são aplicáveis, na maioria dos casos, ao país todo, mas que podem ser complementadas ou superpostas por uma regulamentação estadual ou municipal, seja quando a última for mais restritiva, seja quando a regulamentação federal indica essa necessidade.
- 3.21 Além dessas, a ABNT publica as normas e padrões técnicos em relação a assuntos técnicos específicos, inclusive temas associados a meio ambiente. O conteúdo desses padrões é, em geral, considerado como a melhor prática, mas pode também ser considerado requisito legal quando recomendado por um dos itens da legislação.
- 3.22 De modo geral, a legislação ambiental no Brasil (federal e estadual) prevê três licenças ambientais sequenciais para empreendimentos que potencialmente possam causar impactos significativos sobre o meio ambiente: (i) Licença Ambiental Prévia (LP) para a fase de planejamento e projeto; (ii) Licença Ambiental de Instalação (LI) para iniciar a construção; e (iii) Licença Ambiental de Operação (LO) para iniciar a operação.
- 3.23 De acordo com as leis ambientais brasileiras federais e do estado do Rio Grande do Sul, a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental (“EIA”) não é obrigatória para o licenciamento ambiental de novas LTs com tensões inferiores a 230 kV. Em algumas situações particulares, por exemplo, quando Unidades de Conservação ou outras áreas sensíveis estejam em situação de risco de ser adversamente afetadas, a licença ambiental poderá requerer a elaboração de EIA, inclusive nos casos onde estejam envolvidas LTs com menos de 230 kV. Convém frisar, no entanto, que esta situação não ocorre nas áreas de execução dos projetos incluídos no Programa e, portanto, o licenciamento ambiental das obras do Programa não deverá exigir a elaboração de EIA.
- 3.24 Importante frisar que a legislação ambiental brasileira define os casos nos quais a responsabilidade pelo licenciamento é no nível federal (IBAMA), estadual ou municipal. Na imensa maioria dos casos referentes à CEEE-D, a emissão das licenças e autorizações ambientais está a cargo das agências estaduais (FEPAM, DEFAP), ou municipais em alguns casos.
- 3.25 O licenciamento ambiental na esfera estadual se baseia no Código Estadual do Meio Ambiente instituído pela Lei 11.520/2000, seguindo da complementação de outras leis que licenciam de manejo da vegetação Lei nº 9.519/92 e Decreto Nº 36.636 que institui o Código Florestal Estadual, a Instrução Normativa Nº 01/2007 que regulamenta o transporte a armazenamento de produtos florestais nativos, a resolução 001/00 fixa critérios de compensação de danos ambientais causados por grandes empreendimentos, a Instrução Normativa 01/2006 que altera o parâmetro do cálculo da reposição florestal obrigatória.

- 3.26 A Resolução do CONSEMA 038-03 estabelece procedimentos, critérios técnicos e prazos para licenciamento ambiental realizado pela FEPAM, sendo que estes regram o processo de licenciamento.
- 3.27 A Declaração da FEPAM N° 69/2010 determina que estão isentos de licenciamento ambiental estadual os sistemas elétricos com potência igual ou menor do que 38 kV.
- 3.28 Cabe salientar ainda que a recente Resolução FEPAM N° 001/2010 estabelece novos procedimentos para a regularização e licenciamento ambiental de LTs e SEs novas ou já existentes, pertencentes a sistemas elétricos com potências superiores a 38 kV e até 230 kV inclusive. Estes novos procedimentos deverão ser seguidos para o licenciamento das obras incluídas no Programa da CEEE-D.
- 3.29 Nos municípios que possuam habilitação para licenciamento ambiental, as redes de distribuição com extensão inferior a 20 km e o manejo da vegetação serão licenciados pelas Prefeituras.

B.2 Saúde e Segurança

- 3.30 As regulamentações de saúde e de segurança do trabalho no Brasil são estabelecidas em um nível federal, e são igualmente aplicáveis a todo o país. A Lei Federal nº 6514 de 22 de dezembro 1977, estabelece o escopo de exigências gerais. A Portaria nº 3214 de 8 de junho de 1978, emitida pelo MTE detalha as exigências federais de saúde e de segurança com as NRs. Em muitas ocasiões, o MTE emite ainda outras Portarias que tratam dos aspectos específicos, tais como segurança ambiental, e plano de ação de saúde e segurança. De modo geral, podem-se destacar as seguintes Leis e Normas: (i) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; (ii) NR 4 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; e (iii) Código de Segurança contra Incêndio e Pânico.
- 3.31 Tal como a área ambiental, aspectos complementares de saúde, segurança e higiene industrial podem ser estabelecidos através de regras técnicas e padrões estabelecidos pela ABNT.
- 3.32 Entre os documentos e/ou procedimentos que são normalmente exigidos pelas NRs para uma empresa do porte da CEEE-D, citam-se os seguintes:
- *Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional ("PCMSO")*, que visa atuar no primeiro nível prevenção da doença e a promoção da saúde nos locais de trabalho, tendo uma visão integrada e integradora, através da realização de controles e atividades;
 - *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais ("PPRA")*, que tem como objetivo a organização do conjunto de ações que visam antecipar, reconhecer, avaliar e controlar os riscos químicos, físicos e biológicos nos ambientes de trabalho;
 - *Comissão Interna de Prevenção de Acidentes ("CIPA")*, que é uma comissão composta por representantes do empregador e dos empregados, e tem como missão a preservação da saúde e da integridade física dos trabalhadores e de todos aqueles que interagem com a empresa, a CIPA tem como objetivo a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador; e

- *Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (“SIPAT”)*, que é uma semana obrigatória, na qual a empresa proporciona aos seus colaboradores momentos de informações a respeito de prevenção e conscientização quanto a segurança e acidentes no trabalho.

C. Status de Conformidade Legal do Programa

C.1 Conformidade Ambiental

- 3.33 Em 19 de julho de 2010 entrou em vigor a Resolução FEPAM Nº 001-2010 que torna as atividades de transmissão e distribuição de energia, com potências superiores a 38 kV e até 230 kV inclusive, licenciáveis não mais individualmente, mas em bloco, em forma de sistema. Esta Resolução define duas vias, uma para LTs e SEs existentes e outra para novas linhas e subestações.
- 3.34 Assim, todas as adequações e ampliações de LTs e SEs existentes e incluídas no Programa deverão ser objeto de licenciamento por sistema para a obtenção da respectiva Licença de Operação. A CEEE-D já iniciou as tratativas para o licenciamento das obras que envolvam unidades existentes e encontra-se presentemente em fase de preparação de levantamento para definir os respectivos sistemas (muito provavelmente por regional).
- 3.35 Quanto às novas LTs do Programa, de acordo com a Resolução da FEPAM, estas deverão ser tratadas como ampliação e ser licenciadas através de Licença Prévia de Ampliação de capacidade, Licença de Instalação e Licença de Operação, respectivamente. No que se refere às novas SEs, a Resolução da FEPAM estabelece que estas deverão ser consideradas também como ampliação dos respectivos sistemas a que pertencem, porém licenciadas através de Licença Única, em função do potencial poluidor ser considerado pequeno.
- 3.36 Cabe salientar, que devido à magnitude moderada das obras e natureza não sensível das áreas envolvidas, o licenciamento das obras do Programa não irá requerer a realização de EIA.
- 3.37 Refira-se ainda que a CEEE-D já obteve do DEFAP Alvarás para seus Centros e Gerências regionais, os quais autorizam as podas e supressões que se fizerem necessárias para segurança e manutenção das redes da Companhia, de forma que não coloquem em risco sua operação e a integridade física de terceiros. Visando aprimorar o processo interno de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos Alvarás, a Divisão de Recursos Florestais e Ambientais (“DRFA”) da CEEE-D elaborou um Manual de Utilização dos Alvarás de Licenciamento. Esse documento esclarece todos os procedimentos a serem adotados para uso correto dos alvarás de licenciamento, contemplando diversas informações para a equipe interna, tais como a responsabilidade pela emissão de alvará; a definição de quais atividades necessitam de licenciamento e quais as medidas mitigadoras; a informação sobre a validade das licenças; entre outras.
- 3.38 Muito embora seja pouco provável que deva ocorrer afetação do patrimônio cultural e/ou arqueológico no caso das obras do Programa, refira-se também que, caso seja necessário, a CEEE-D deve atender a Lei Federal no 3.924/61 que protege o Patrimônio Cultural Arqueológico Brasileiro e Lei Federal no 9.605/98 de Crimes Ambientais; as Portarias SPHAN nº 007/88 que normatiza a pesquisa arqueológica em território nacional e IPHAN nº 230/02 que dispõe sobre a necessidade de realização de Pesquisas Arqueológicas em áreas de

empreendimentos potencialmente causadores de impactos negativos à base finita do Patrimônio Arqueológico.

- 3.39 Por último, cabe enfatizar que nenhuma das obras do Programa poderá ser instalada antes da obtenção da licença ambiental apropriada.

C.2 Conformidade em Saúde e Segurança

- 3.40 Na área de saúde e segurança, a Companhia também possui, em seu quadro, profissionais capacitados para tratar das questões de saúde e segurança e, além disso, em 2008 foi implantada uma nova Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional.
- 3.41 A avaliação efetuada pela Equipe de Projeto do BID constatou que a CEEE-D está em conformidade com a legislação e normas que regulamentam as questões de segurança e saúde ocupacionais, particularmente a NR-10. A Companhia possui os respectivos procedimentos e instrumentos (PCMSOs, PPRAs, CIPAs, etc.) de forma adequada. Além do mais, a CEEE-D possui Orientações de Segurança (ORs) sendo que a OR-3- Inspeções de segurança, estabelece procedimentos padronizados para a fiscalização das condições em que são desenvolvidas as atividades dos empregados e prestadores de serviços da área de distribuição da CEEE, bem como está finalizando a preparação do “Manual Passo a Passo” com os procedimentos técnicos e de segurança do trabalho para o desempenho correto das tarefas. Desta forma, as obras do Programa deverão ser implementadas em conformidade com a legislação e normas em vigor e fiscalizadas pelas chefias, gestores de contrato, fiscais de obra e pela segurança do trabalho da CEEE-D.

D. Status de Conformidade Legal da Companhia

D.1 Conformidade Ambiental

- 3.42 Para a renovação das Licenças de Operação das outras unidades e instalações existentes, e de acordo com a nova Resolução FEPAM Nº 001-2010, a CEEE-D irá adotar os mesmos procedimentos indicados na **Seção 3 (C.1)** para as obras do Programa. Assim, a CEEE-D já iniciou as tratativas para o licenciamento das obras que envolvam unidades existentes e encontra-se presentemente em fase de preparação de levantamento para definir os respectivos sistemas (muito provavelmente por regional).
- 3.43 No que se refere ao manejo da vegetação na rede existente, conforme indicado no **Parágrafo 3.37**, a CEEE-D possui Alvarás específicos para a atividade e segue o Manual já mencionado para a regularização das podas e supressões.

D.2 Conformidade em Saúde e Segurança

- 3.44 Além do que já foi indicado na **Seção 3 (C.2)**, cabe salientar que a CEEE-D realiza um intenso trabalho na prevenção de acidentes, cumprindo a legislação vigente sobre treinamentos, fornecimento e utilização de equipamentos de segurança. Este trabalho de prevenção é realizado também junto às empresas contratadas da CEEE-D. Além dos Equipamentos de Proteção Individual (“EPIs”) são disponibilizados Equipamentos de Proteção Coletiva (“EPCs”), ferramentas e outros materiais visando garantir a integridade dos seus empregados durante jornada de trabalho, todos previamente testados e aprovados.

Durante a missão de análise, em visita a locais como a Oficina de Manutenção e o Centro de Armazenamento Berto Círio, foi possível constatar a utilização adequada de EPIs.

- 3.45 Além do mais, com o objetivo de preservar a integridade, e proporcionar aos seus empregados maior qualidade e produtividade no desenvolvimento das tarefas, a Companhia inclui disciplinas de segurança e saúde, em seus cursos de capacitação técnica.
- 3.46 Desse modo, foi possível constatar durante a missão de análise e avaliação de documentação relevante que, de fato, os aspectos de saúde e segurança ocupacionais estão bem equacionados, sendo que a CEEE-D atende os requisitos legais estabelecidos.

D.3 Conformidade com Requisitos de Corpos de Bombeiros

- 3.47 Durante a missão, a CEEE-D informou que possui um Plano de Prevenção e Combate a Incêndio (“PPCI”) das instalações. Em algumas unidades, como a Gerência de São Jerônimo, a CEEE-D deu início ao processo de regularização, encaminhando o PPCI e o requerimento de inspeção do sistema de prevenção e proteção contra incêndio ao respectivo Corpo de Bombeiros, juntamente com os memoriais descritivos do prédio e dos extintores.
- 3.48 A CEEE-D tem realizado treinamentos de combate a incêndio junto aos seus colaboradores. Em 30 de abril de 2010, a Diretoria da CEEE, através da Circular Nº10007, determinou a implantação das Brigadas de Emergência em todas as áreas da CEEE-D.
- 3.49 Nas unidades existentes, seja no edifício sede em Porto Alegre, sejam em algumas subestações, foi constatado durante as visitas que as instalações da CEEE-D possuíam extintores de incêndio bem posicionados, assim como sinalização adequada indicando equipamentos que apresentem risco de choque elétrico e/ou incêndio. Entretanto, a Companhia não dispõe ainda formalmente, dos Certificados de Conformidade dos respectivos Corpos de Bombeiros nessas unidades. Cientes dessa situação, a CEEE-D informou que está iniciando o processo para regularização dos alvarás de funcionamento junto às prefeituras, a partir da obtenção dos Certificados de Conformidade dos respectivos Corpos de Bombeiros.

IV CONDIÇÕES AMBIENTAIS E SOCIAIS

- 4.1 A área de concessão da CEEE-D inclui 72 municípios da Região Sul-Sudeste do Estado do Rio Grande do Sul (**ver Figura 1 no Anexo 1**), abrangendo uma área de aproximadamente 74 mil km², distribuídos em três regionais (Metropolitana, Regional Norte, e Regional Sul), compreendendo cerca de 1,4 milhões de unidades consumidoras (dados de 2009).

A. Condições Ambientais

A.1 Clima

- 4.2 O clima do Rio Grande do Sul é considerado subtropical úmido (ou temperado), constituído por quatro estações razoavelmente bem definidas, com invernos moderadamente frios e verões quentes (amenos nas partes mais elevadas), separados por estações intermediárias com aproximadamente três meses de duração, e chuvas bem distribuídas ao longo do ano. O clima subtropical úmido, com verões amenos, ocorre na Serra do Sudeste e na Serra do Nordeste,

onde as temperaturas médias dos meses de verão ficam abaixo dos 22°C, nas demais regiões a temperatura média do mês mais quente ultrapassa os 22 °C. Contudo, essa área que apresenta temperaturas mais baixas está fora da área de concessão da CEEE-D.

- 4.3 Dos ventos que sopram no estado, dois têm denominações locais: o “Pampeiro”, vento tépido, procedente dos pampas argentinos; e o “Minuano”, vento frio e seco, originário dos contrafortes da Cordilheira dos Andes.

A.2 *Hidrografia*

- 4.4 A rede de drenagem do Estado do Rio Grande do Sul compreende rios que pertencem a bacia do rio Uruguai e rios que correm para o Atlântico. Toda a região de concessão da CEEE-D está compreendida na parte Oriental do estado e consequentemente na porção da vertente Atlântica.

- 4.5 Esta é drenada por rios cujas águas, antes de atingir o Atlântico, vão ter a uma das lagoas que se formam no litoral do estado. Assim, a Lagoa Mirim recolhe as águas do rio Jaguarão, a Lagoa dos Patos, as dos rios Turuçu, Camaquã e Jacuí, as deste último por meio do estuário do rio Guaíba. A Lagoa dos Patos se comunica com a Lagoa Mirim através do canal de São Gonçalo, e com o Atlântico por meio da barra do Rio Grande. Além das duas grandes lagoas, há numerosas outras, menores, na planície litorânea, entre elas a Itapeva, dos Quadros, do Peixe e Mangueira.

A.3 *Vegetação*

- 4.6 Dois tipos predominantes de cobertura vegetal ocorrem no estado do Rio Grande do Sul: campos e florestas. Originalmente, os campos ocupavam cerca de 46% da superfície do estado. De modo geral, recobrem as áreas de topografia regular, plana ou ligeiramente ondulada, ou seja, a campanha e parte do planalto basáltico, que predominam na área de concessão da CEEE-D.
- 4.7 A cobertura florestal original era de cerca de 34% do território estadual, perfazendo hoje cerca de 15%. As florestas aparecem principalmente na encosta e nas porções mais acidentadas do planalto basáltico, no planalto dissecado de sudeste e, ainda, na forma de capões e matas ciliares, dispersas pelos campos, que recobrem o resto do estado.

A.4 *Fauna*

- 4.8 Os mamíferos atuais já descritos no estado do Rio Grande do Sul como um todo (incluindo territórios além da área de concessão da CEEE-D) somam mais de 140 espécies, perfazendo aproximadamente 35% do total de mamíferos conhecidos no Brasil. Entre os mamíferos característicos, destacam-se alguns marsupiais dos gêneros *Monodelphis* (cuíca), *Didelphis* (gambá) e *Philander* (cuícas) e os carnívoros como *Chrysocyon* (lobo-guará) nas áreas de campo e *Cerdocyon thous* (cachorro-do-mato) nas áreas florestadas. Também comum a esta região é o *Procyon* (mão-pelada), alguns tatus (*Dasypus* e *Cabassous*) e tamanduás (*Myrmecophaga* e *Tamandua*), além de grande número de roedores sul-americanos como *Cavia* (preá), *Myocastor* (ratão-do-banhado) e *Dasyprocta* (cutias).

- 4.9 Em relação à avifauna, essa região compreende área de endemismos avifaunísticos, que se estende desde o estado de São Paulo até os limites do rio Jacuí, abrigando vasta extensão do Planalto Meridional Brasileiro. Estimativas recentes mostraram o Brasil como detentor de uma das mais ricas avifaunas do mundo, com um número entre 1696 e 1796. O estado do Rio Grande do Sul totaliza mais de 620 espécies de aves.
- 4.10 Já os répteis dessa região constituem-se em um grupo que possui tanto espécies com amplo potencial de ocupação de áreas alteradas, ou resistentes a alterações radicais, quanto espécies extremamente sensíveis a distúrbios ambientais. A fauna de répteis é composta por diversas comunidades distintas entre si e que, em função da diversificação ambiental, ocupam os mais diversos tipos de ambientes. Algumas espécies podem aparecer ocupando indistintamente dois ou mais tipos de ambientes, mas a maior parte delas encontra-se limitada a certa fisionomia vegetacional. Atualmente existem cerca de 641 espécies de répteis no Brasil. Este número expressivo não representa a real riqueza da classe, pois novas espécies são descritas a cada ano, sugerindo uma riqueza ainda maior, principalmente nas áreas Sul e Sudeste do Brasil. Para o estado do Rio Grande do Sul são descritas cerca de 105 espécies de répteis.
- 4.11 Quanto aos anfíbios, para o Brasil são conhecidas mais de 600 espécies de anfíbios, sendo que para o estado do Rio Grande do Sul, estudos estimam a existência de pouco mais de 80 espécies.

A.5 Unidades de Conservação

- 4.12 O estado do Rio Grande do Sul apresenta em torno de 2% da superfície do seu território abrangido por Unidades de Conservação, correspondendo a uma área de cerca de 531 mil hectares. São ao todo 34 Unidades de Conservação federais e estaduais, predominando em número as unidades de uso indireto. Nessa categoria de uso constata-se a existência de 17 Parques, 6 Reservas Biológicas, 3 Estações Ecológicas e 2 Refúgios de Vida Silvestre.
- 4.13 Convém ainda referir, a existência de 64 unidades de conservação municipais, as quais estão em processo de avaliação pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, para fins de seu cadastramento no Sistema Estadual de Unidades de Conservação, e 24 Reservas Particulares do Patrimônio Natural reconhecidas por Portaria do IBAMA.
- 4.14 Dentro da área de concessão da CEEE- D encontram-se algumas Unidades de Conservação Ambiental, estando estas sob administração tanto federal como estadual. Contudo, torna-se importante ressaltar que, devido a judiciosa seleção de locais e traçados, ou por se desenvolverem em áreas urbanas, as obras do Programa não deverão causar interferências com nenhuma dessas Unidades de Conservação.

B. Condições Sociais e Econômicas

B.1 Demografia

- 4.15 O estado do Rio Grande do Sul, de acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”) de 2010, apresentou uma população de cerca de 10,6 milhões de habitantes, sendo o quinto estado brasileiro em termos populacionais. Acompanhando a tendência brasileira, o estado apresentou um crescimento do número de

habitantes urbanos, a partir da década de 1950, quando a taxa de urbanização era de aproximadamente 31%. Desde então, de forma progressiva, a população do estado vem se concentrando nas cidades, tendo atingido em 2000 uma taxa de urbanização de cerca de 82%.

- 4.16 O Estado conta com 496 municípios, sendo que 72 estão na área de concessão da CEEE-D. No ano de 2008, a população inserida na área de concessão da CEEE-D correspondia a cerca de 34% da população total do estado do Rio Grande do Sul, sendo em sua grande maioria urbana, tendo uma concentração demográfica variando de 5 hab/km² na zona rural até cerca de 2900 hab/km² na cidade de Porto Alegre.
- 4.17 A área de concessão da CEEE-D está dividida em três regionais, correspondendo a: (i) Região Metropolitana, com 13 municípios e cerca de 2 milhões de habitantes; (ii) Regional Norte, com 23 municípios e cerca de 336 mil habitantes; e (iii) Regional Sul, com 36 municípios e cerca de 1,2 milhões de habitantes.
- 4.18 A Região Metropolitana, que inclui a capital Porto Alegre, apresenta o maior consumo, respondendo por cerca de 65% do total da Concessionária. Os picos de carga anual ocorrem entre os meses de janeiro a março, devido às peculiaridades geográficas e a concentração de mercado. A Regional Norte apresenta as maiores demandas de energia elétrica no verão, em função do aumento do número de veranistas na orla marítima nesse período. A Regional Sul, responde por aproximadamente 33% do consumo da CEEE-D, também apresenta as maiores demandas no verão, devido à grande quantidade de lavouras de arroz que se utilizam de levantes hidráulicos para a irrigação.
- 4.19 Em termos de crescimento populacional na área de concessão, no período entre 2000 e 2010, a Região Metropolitana teve um crescimento de apenas cerca de 2%, demonstrando que, embora seja a principal Região do estado do Rio Grande do Sul, não teve um crescimento populacional muito grande, a Regional Norte destacou-se pela alta taxa média de crescimento demográfico, com cerca de 18%, e a Regional Sul foi a região cuja população encontra-se em um estágio mais estagnado dentro da área de concessão, pois na média o crescimento populacional foi praticamente nulo (0,98% na década).

B.2 Economia

- 4.20 O estado do Rio Grande do Sul representa a quarta economia do Brasil pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto (“PIB”), chegando a cerca de R\$ 203 bilhões, correspondendo a 6,6% do PIB nacional, superado apenas pelos estados de São Paulo (33,9%), Rio de Janeiro (11,1%) e Minas Gerais (9%). Na relação entre o PIB e a população (PIB per capita) o estado se mantém em uma posição privilegiada, com um valor de aproximadamente 19 mil reais, o que o coloca acima da média nacional que é de cerca de 16 mil reais.
- 4.21 A economia do estado do Rio Grande do Sul é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação. O setor agropecuário do estado apresentou, em 2008, uma participação de 11% na estrutura do PIB, com forte associação com o setor agroindustrial. O setor industrial também possui grande relevância na economia do estado, participando com cerca de 28% do PIB. A economia do estado possui uma associação com os mercados nacional e internacional superior a média brasileira. Desta forma, a participação da economia do estado tem oscilado conforme a evolução da economia nacional e também de acordo com a dinâmica das exportações.

- 4.22 Em 2007, os municípios inseridos na área de concessão da CEEE-D representaram cerca de 32% do PIB gerado no estado do Rio Grande do Sul, onde o PIB gerado pela Região Metropolitana de Porto Alegre tem como base os setores industrial e de serviços, enquanto as demais regiões têm como base econômica o setor agropecuário, destacando-se a produção orizícola, a silvicultura, a produção de soja e a pecuária de corte extensiva.

B.3 Educação

- 4.23 O estado do Rio Grande do Sul está entre os cinco estados brasileiros com menor índice de analfabetismo, atingindo apenas cerca de 7% da população acima de 15 anos de idade. É um valor bem abaixo da média brasileira que é de cerca de 14%. Possui também um dos maiores percentuais de população adulta com curso fundamental, médio ou superior completo, ficando sempre entre os dez primeiros colocados. A taxa de escolarização, que identifica o percentual da população que está matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária, apresentou ao longo das duas últimas décadas uma melhora significativa nos ensinos fundamental e médio. No fundamental, a taxa passou de cerca de 87% em 1980, para aproximadamente 97% em 2000. No ensino médio, o aumento foi ainda maior, passando de cerca de 21% em 1980, para aproximadamente 45% em 2000.
- 4.24 O estado do Rio Grande do Sul e seus municípios melhoraram suas posições com relação ao desenvolvimento humano na última década. O estado passou de um Índice de Desenvolvimento Humano (“IDH”) 0,753 em 1991 para 0,814 em 2000 e todos os municípios, sem exceção, aumentaram seus valores de desenvolvimento. Em 2000, nenhum município apresentou índice inferior a 0,665, ocasionando um acentuado aumento no número de municípios nas classes superiores. Em 1991, Porto Alegre com Índice de Desenvolvimento Humano - Municipal (“IDH-M”) de 0,814, era o único município considerado de alto desenvolvimento (IDH-M acima de 0,800), em 2000 Porto Alegre apresentou IDH-M de 0.869.

V IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

- 5.1 O Programa Pró Energia RS Distribuição é uma operação que envolve a ampliação/modernização, ou adequação de instalações já existentes, ou construção de novas instalações de porte médio (subestações elétricas e linhas de subtransmissão). Desta forma, as obras envolvidas vão ser de porte pequeno a moderado e ser executadas de forma dispersa dentro da área de concessão da CEEE-D. Além do mais, no caso de novas linhas, serão utilizadas, sempre que possível, áreas de servidão ou corredores públicos já existentes (**ver Tabela 1.2 no Anexo 1**). Deste modo, não são previstos impactos negativos significativos associados às obras do Programa. Além do mais, os Componentes V e VI do Programa não envolvem obras e, assim, os impactos negativos ambientais, sociais, ou de saúde e segurança serão mínimos.
- 5.2 Os principais impactos ambientais e sociais potenciais estarão associados à etapa de construção e serão aqueles típicos de obras desta natureza. Também, devido à natureza das obras nas subestações e linhas de subtransmissão, e como estas serão executadas de maneira dispersa na área de concessão da CEEE-D, não deverão ocorrer aglomerações de

trabalhadores em canteiros, já que se trata de empreendimentos diversos e esparsamente situados dentro da área de concessão.

5.3 Também, considerando a natureza dos trabalhos envolvidos e os procedimentos adotados pela CEEE-D para evitar ou minimizar os impactos e riscos ambientais e sociais, foi possível verificar que o Programa não deverá: (i) atingir ou degradar habitats naturais críticos para a manutenção da biodiversidade ou destruir sítios culturais críticos para preservação da cultura, da história e da memória; (ii) atingir ou degradar habitats naturais; (iii) levantar qualquer aspecto negativo relacionado às questões indígenas; (iv) gerar questões relativas à reassentamento involuntário; ou (v) estar associado a qualquer questão que extrapole o território nacional.

5.4 *Plano de Gestão Ambiental e Social.* Visando evitar ou reduzir impactos e riscos associados à implementação e operação das obras do Programa, bem como aprimorar o processo de gestão das mesmas, a CEEE-D elaborou um Plano de Gestão Ambiental e Social, em formato e conteúdo satisfatórios ao BID, contendo os seguintes planos, subprogramas, procedimentos e/ou medidas, incluindo instruções e procedimentos para empresas contratadas: (i) Medidas e procedimentos de gestão ambiental e social envolvendo as fases de construção e operação; (ii) Plano de Acompanhamento Ambiental das Obras; (iii) Plano de Contingências Ambientais (envolvendo a análise dos aspectos, impactos e riscos ambientais; medidas para evitar e controlar os riscos e impactos identificados; procedimentos técnicos, administrativos e operacionais correspondentes - incluindo procedimentos e formulários para o controle das inspeções dos equipamentos de combate a incêndio, entre outros); e (iv) Plano de Gerenciamento de Resíduos (Classes I e II).

5.5 *Plano de Gestão de Saúde e Segurança.* . A Companhia possui os respectivos procedimentos e instrumentos (PCMSOs, PPRAs, CIPAs, etc.) de forma adequada. Além do mais, a CEEE-D possui Orientações de Segurança (ORs) sendo que a OR-3- Inspeções de segurança, estabelece procedimentos padronizados para a fiscalização das condições em que são desenvolvidas as atividades dos empregados e prestadores de serviços da área de distribuição da CEEE, bem como está finalizando a preparação do “Manual Passo a Passo” com os procedimentos técnicos e de segurança do trabalho para o desempenho correto das tarefas. Desta forma, as obras do Programa deverão ser implementadas em conformidade com a legislação e normas em vigor e fiscalizadas pelas chefias, gestores de contrato, fiscais de obra e pela área de segurança do trabalho da CEEE-D.

A. Impactos Negativos e Riscos Ambientais e Sociais Associados à Construção das Obras do Programa e Medidas Mitigadoras

5.6 Os principais e potenciais impactos ambientais e sociais negativos associados ao Programa estarão relacionados com as atividades de construção, instalação, montagem e suprimento de materiais e equipamentos. Cabe salientar, no entanto, que estes impactos serão limitados em escala e temporários, e alguns deverão ser mitigados pelos procedimentos-padrão de gestão dos aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança adotados pela Companhia.

A.1 Impactos associados à aquisição de terrenos e estabelecimento de faixas de servidão

5.7 Como indicado nas **Tabelas 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4, no Anexo 1**, muitas obras incluídas no Programa envolvem expansão de SEs existentes, utilização de corredores existentes para

implantação de novas linhas, ou adequação de linhas já existentes. Além do mais, a Companhia adota de modo geral os seguintes procedimentos para evitar desapropriações e/ou situações de conflito na aquisição de terrenos e estabelecimento de faixas de servidão:

- (i) Fazer uso, o máximo possível, de corredores existentes, ou faixas de servidão já estabelecidas para a instalação de novas linhas (ex.: estradas e arruamentos existentes, faixas de servidão de outras linhas já existentes, etc.).
- (ii) Em situações onde estabelecimento de faixas de servidão para novas linhas, e aquisição de terrenos para novas SEs, pode potencialmente representar uma situação de conflito, a Concessionária desenvolve um diagnóstico para analisar a possibilidade de desviar o traçado da linha, ou a localização da subestação, para uma situação mais favorável e menos impactante.
- (iii) Também, nos casos referidos acima, a Concessionária adota uma atitude pró-ativa e estabelece o diálogo com proprietários e/ou representantes públicos na área, para avaliar e levar em consideração as suas preocupações e sugestões.
- (iv) O processo de estabelecimento faixa de servidão para novas linhas e aquisição de terrenos para as novas SEs envolve, em geral, negociações amigáveis com os proprietários e inclui compensação justa pela perda de áreas aráveis e outras benfeitorias existentes. Desapropriações pela via judicial são utilizadas em último caso, somente quando não foi possível evitá-las.
- (v) As autoridades competentes, ambientais e outras, validam a localização (da linha ou subestação) através da emissão das respectivas licenças.

5.8 Também, cabe salientar que as SEs abrigadas e sem-abrigadas, como previstas no Programa, são mais compactas e protegidas que as convencionais, implicando em menor ocupação de terreno e emissões mais reduzidas de ruído para as zonas circundantes.

5.9 Em relação às obras do Programa, os processos de aquisição de terrenos e estabelecimento de faixas de servidão não deverão levantar questões de reassentamento de pessoas e o risco de recorrer a desapropriações é considerado baixo. Além do mais, cabe referir que os procedimentos adotados pela Companhia estão alinhados com as diretrizes indicadas na Política do BID OP-710 sobre Reassentamento Involuntário.

A.2 Limpeza de vegetação nativa

5.10 Atividades como limpeza e remoção de vegetação e terraplenagem podem resultar em exposição do solo tornando-o sujeito à ação da chuva. Isto pode potencialmente aumentar o risco de erosão e de carreamento de sedimentos sólidos para corpos de água nas proximidades. As áreas mais susceptíveis à erosão são aquelas mais acidentadas e margens de rios. Entretanto, os projetos incluídos no Programa referem-se, na sua maioria, a expansão de SEs existentes ou construção em áreas bem urbanizadas, assim como linhas de subtransmissão situadas em vias urbanas, ou em faixas de servidão já implantadas, minimizando muito o risco de eventuais necessidades de limpeza de vegetação nativa. Desta forma, este tipo de impacto não deverá ser significativo no caso de implementação das obras do Programa.

A.3 Fragmentação de habitat

- 5.11 Este risco ocorreria nos casos de novas linhas de subtransmissão e subestações que afetassem remanescentes florestais relevantes. Pelas informações obtidas, verifica-se que esse impacto não deverá ocorrer de forma significativa, devido à natureza mais urbana das áreas envolvidas.

A.4 Impactos na fauna

- 5.12 Caso houvesse atividades de construção de LTs e SEs em áreas rurais, florestadas importantes ou ainda que servissem como corredores de migração de avifauna, poderiam ocorrer impactos à fauna com alguma significância, devido a aspectos como a geração de ruídos, movimento de veículos, limpeza da vegetação, ou presença de trabalhadores. Contudo, como indicado anteriormente, as áreas envolvidas deverão ser de natureza urbana, ou já antropizadas anteriormente. Assim, estes impactos não deverão ser significativos no caso das obras do Programa.

A.5 Contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas

- 5.13 Durante a construção poderão ocorrer vazamentos ou derrames acidentais de óleos provenientes de máquinas, veículos, oficinas ou locais de armazenamento provisório de óleos. Porém, no caso do Programa, o risco de contaminação do solo e de águas superficiais e subterrâneas durante as atividades de construção de subestações e linhas de subtransmissão é relativamente baixo, uma vez que nas obras de engenharia previstas no Programa, não se prevêem a concentração de um grande número de veículos, máquinas ou trabalhadores no espaço e no tempo.

A.6 Geração de resíduos

- 5.14 Os resíduos sólidos gerados durante a construção estarão relacionados principalmente aos resíduos comuns, resíduos de equipamentos e veículos, esgotos sanitários e efluentes de lavagem de equipamentos, emissão de particulados e poeiras para a atmosfera. Entretanto, deve-se ressaltar que esse impacto não deverá ser significativo, devido à limitada magnitude das obras e dispersão das mesmas no espaço e no tempo.
- 5.15 Outro aspecto importante verificado durante a missão foi a introdução por parte da CEEE-D de um “Curso de Capacitação em Sistema de Gestão de Resíduos”, que tem como objetivo sensibilizar todos os empregados, terceirizados e contratados, em relação à importância dos corretos procedimentos em relação aos resíduos gerados pela Companhia, e principalmente em relação à redução da geração dos mesmos.

A.7 Re-suspensão de pó e emissões aéreas

- 5.16 Atividades de movimentação de terra e tráfego de veículos de construção podem, de modo geral, causar re-suspensão de pó nos canteiros de obra e rodovias não pavimentadas, porém de uma maneira localizada e temporária. Além disto, o tráfego de veículos associados à construção, bem como operação de maquinário e equipamento de construção poderão gerar gases provenientes de combustão e material particulado. Entretanto, no caso das obras do Programa, estes impactos deverão ser restritos no tempo, localizados e de baixa magnitude,

uma vez que a intensidade das atividades de construção será relativamente baixa e estas estarão dispersas no espaço e no tempo. Se necessário, a dispersão de poeira pode ser controlada com medidas simples, como aspersão de água nas áreas com solo exposto.

A.8 Aumento nos níveis de ruído e de vibração

- 5.17 Da mesma forma, dado estarem dispersas no espaço e no tempo, as atividades de construção envolvidas não deverão causar aumentos consideráveis nos níveis de ruído e de vibração nas vizinhanças de canteiros e outros locais de obra e, portanto, este aspecto não deverá constituir um impacto significativo.

A.9 Impactos associados com o tráfego de construção

- 5.18 A implantação da expansão das redes de subtransmissão deverá gerar algum tráfego de veículos e equipamentos de construção. As estradas mais afetadas deverão ser aquelas que darão acesso às frentes de construção. As vias urbanas com tráfego mais intenso serão aquelas que poderão ser mais afetadas adversamente devido à circulação de caminhões e outros veículos pesados, principalmente na implantação de LTs e SEs nas áreas mais centrais de Porto Alegre. Entretanto, devido à natureza dos trabalhos envolvidos, o impacto devido ao tráfego de veículos de construção e de equipamentos será de baixa magnitude, restrito no espaço e temporário. Durante a missão, foi possível visitar uma instalação de linha subterrânea em Porto Alegre, obra esta que está sendo implementada pela CEEE-D no âmbito de outro projeto e que não faz parte do Programa, e verificou-se que o impacto sobre o trânsito é reduzido e temporário.

A.10 Risco de impacto em outras redes de infra-estrutura

- 5.19 Como entre os projetos incluídos estão algumas poucas linhas subterrâneas, haverá escavações que poderão eventualmente implicar em riscos, ainda que de pequenas proporções, com outras infraestruturas como de água, esgoto e outras redes subterrâneas. Este risco é controlável a partir do conhecimento prévio das demais infra-estruturas existentes (água, esgotos, gás, etc.) e tomada das medidas preventivas pertinentes. A CEEE-D tem experiência em evitar este tipo de interferências e adota procedimentos sistematizados, inclusive a nível de planejamento e projeto, para prevenir impactos desta natureza.

A.11 Risco de impactos em elementos arqueológicos e históricos

- 5.20 A possibilidade de interferência com remanescentes arqueológicos é mínima no caso das obras do Programa. Por um lado, a expansão de redes de subtransmissão envolve atividades de construção em pequena escala e a escavação apenas será necessária para a instalação de postes. Por outro lado, a construção de subestações implica em obras pontuais, em terrenos que muitas vezes já passaram por alterações anteriores.
- 5.21 De qualquer modo, caso seja necessário, a CEEE-D deve atender a Lei Federal no 3.924/61 que protege o Patrimônio Cultural Arqueológico Brasileiro e Lei Federal no 9.605/98 de Crimes Ambientais; as Portarias SPHAN nº 007/88 que normatiza a pesquisa arqueológica em território nacional e IPHAN nº 230/02 que dispõe sobre a necessidade de realização de Pesquisas Arqueológicas em áreas de empreendimentos potencialmente causadores de impactos negativos à base finita do Patrimônio Arqueológico.

A.12 Impactos associados à chegada de trabalhadores de outras regiões

- 5.22 As obras envolvidas no Programa vão ser de porte pequeno a moderado e ser executadas de forma dispersa no tempo e dentro da área de concessão da CEEE-D. Assim, não deverão ocorrer aglomerações de trabalhadores em canteiros de obras e as equipes deverão ser constituídas por um número limitado de trabalhadores em cada local. Além do mais, a experiência anterior de Companhia privilegia a contratação de mão-de-obra local. Desta forma, este tipo de impacto não deverá ser significativo em relação às obras do Programa.

A.13 Riscos de acidentes envolvendo trabalhadores ou transeuntes

- 5.23 Os principais riscos de acidentes para trabalhadores das obras referem-se àqueles envolvendo queda de altura e contato com equipamento ou cabo energizado. No caso das obras do Programa, estes riscos serão reduzidos pela limitada magnitude das mesmas. Além do mais, a CEEE-D tem procedimentos específicos e especificações técnicas para evitar ou reduzir os riscos de acidentes e suas conseqüências. Além do mais, correta adoção de equipamentos de proteção individual (EPIs) apropriados é alvo de fiscalização por parte da Companhia.
- 5.24 Os riscos de acidentes envolvendo a população em geral associados com a expansão das redes de subtransmissão e subestações serão muito baixos e relacionados principalmente com quedas em valas, contatos com materiais de construção pontiagudos e acidentes de trânsito com veículos e máquinas. Para reduzir os riscos destes tipos de acidentes, os locais de obras deverão ser sinalizados através de placas indicativas e/ou cones, e deverá ser feito um isolamento para prevenir o acesso de transeuntes nos locais de obras. Nos casos de subestações, muitas das obras deverão ocorrer em terrenos já cercados e/ou murados.

B. Impactos Negativos e Riscos Ambientais e Sociais Associados à Operação e Manutenção das Obras do Programa e Medidas Mitigadoras

B.1 Vazamento ocasional de óleo mineral

- 5.25 Óleo mineral pode vazar de transformadores e outros equipamentos situados em SEs, mas o uso de bacias de contenção secundárias, como está incluído nos projetos que fazem parte do Programa, pode controlar este risco de maneira efetiva. Com relação às novas subestações, foi observado durante a missão que os projetos contemplam um sistema de contenção.

B.2 Bifenilas policloradas (“PCBs”) – “Askarel”

- 5.26 Em atendimento às exigências legais, a CEEE-D não mais adquire equipamentos que contenham PCBs, e dentro do seu Sistema de Gestão de Resíduos, possui uma Norma de Procedimento para o manuseio, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final de bifenilas policloradas, a qual estabelece principalmente as responsabilidades relacionadas ao manejo de PCBs e atende bem essa função, não obstante necessite de revisão em alguns aspectos, como a destinação final de EPIs.

B.3 Gerenciamento de resíduos sólidos

- 5.27 Os resíduos sólidos que serão gerados durante as operações das obras do Programa estarão associados às outras atividades de manutenção e operação da Companhia e relacionados principalmente aos almoxarifados, oficinas de manutenção, subestações e escritórios, e podem envolver resíduos caracterizados como resíduos domésticos e/ou de escritórios, e outros caracterizados como resíduos industriais. Verificou-se durante a análise dessa operação que a CEEE-D poderá controlar adequadamente esse impacto, já que possui procedimentos para coleta, separação, armazenagem e segregação do material para destinação final, os quais constituem o Sistema de Gestão de Resíduos (ou Plano de Gerenciamento de Resíduos). O Manual de Operação para áreas de armazenamento temporário de resíduos descreve as atividades de gerenciamento, operação e manutenção das áreas de armazenamento temporário de resíduos Classes I e II (Resíduos Classe I - Perigosos (ABNT NBR 12235:1992) e Resíduos Classe II - Não Perigosos, Não Inertes (II A) e Inertes (II B) (ABNT NBR 11174:1990)). Esse documento foi elaborado recentemente e está aprovado pela Diretoria da Companhia. Além disso, são incluídas cláusulas contratuais para assegurar que empresas terceirizadas utilizem o Sistema de Gestão de Resíduos da CEEE-D.

B.4 Ruído

- 5.28 Na etapa de operação, alguns equipamentos situados em SEs (principalmente o sistema de ventilação de transformadores) poderão gerar níveis de ruídos, que poderão causar impactos significativos nas áreas urbanas vizinhas, dependendo das características dos edifícios circundantes (ex. altura, tipo de construção), da sua distância à fonte, existência ou não de barreira à transmissão de ruído (ex. muros).
- 5.29 Com relação à emissão de ruídos, importante observar que as SEs abrigadas e semi-abrigadas, como algumas previstas no Programa, são mais compactas e protegidas que as convencionais, implicando em menor ocupação de terreno e emissões mais reduzidas de ruídos para as zonas circundantes.
- 5.30 A fim de atenuar a geração de ruído em SEs, a CEEE-D introduziu recentemente uma especificação técnica para os motores de ventiladores de transformadores, de forma que sejam blindados para gerar menor nível de ruído.
- 5.31 Contudo, foi verificado nas visitas efetuadas durante a missão de análise, que algumas das SEs incluídas no Programa, e localizadas em áreas densamente urbanizadas, apresentam situação de proximidade a edifícios de vários andares que poderá gerar incômodos e/ou outros impactos significativos nos receptores, residentes ou utilizadores, das áreas circundantes. Assim, recomenda-se que, além dos motores blindados, sejam efetuados posteriormente, durante a operação dos novos equipamentos, estudos de monitoramento do ruído efetivo nas áreas circundantes, para avaliar a necessidade ou não de adotar medidas adicionais para a atenuação do ruído proveniente dos equipamentos das SEs.
- 5.32 Nas áreas rurais este tipo de impacto não será significativo, devido à maior distância à fonte, maior capacidade de dispersão e menor número de receptores presentes que poderão ser afetados.

B.5 Poda da vegetação

- 5.33 Periodicamente, haverá a necessidade de efetuar podas de vegetação (principalmente ramos de árvores) para garantir a segurança e manutenção das redes da Companhia, de forma que não coloquem em risco sua operação e a integridade física de terceiros. A CEEE-D tem procedimentos específicos para poda e corta somente a vegetação que se torna necessária.
- 5.34 Como indicado anteriormente, para as podas, a CEEE-D possui seis Alvarás de Licenciamento emitidos pelo DEFAP, seguindo a distribuição dos municípios conforme abrangência suas Gerências e Centros regionais, que permitem a realização da poda em toda sua área de concessão.

B.6 Fauna

- 5.35 Os riscos de interferência ou acidentes com avifauna durante a operação e manutenção das instalações do Programa deverão ser baixos, pois as linhas não atravessam áreas sensíveis do ponto de vista de fauna ou avifauna e a grande maioria é de 69 kVA (ou seja menos intrusivas). Refira-se, no entanto, que caso seja necessário, a CEEE-D tem experiência em monitorar e mitigar este tipo de impactos, inclusive pela utilização de sinalizadores de avifauna em linhas de transmissão. Por outro lado, poderá haver impacto da avifauna sobre os transformadores de rua, em decorrência da sua utilização como ninhos por algumas espécies. Isso acaba gerando, em alguns casos, a necessidade de retirada do transformador para realizar serviços de manutenção, como foi observado durante a visita à Oficina de Transformadores localizada na sede.

B.7 Campos elétricos e magnéticos

- 5.36 A geração de campos elétricos e magnéticos ao longo das linhas de distribuição e próximo às subestações é outro aspecto relacionado à operação de sistemas elétricos que poderá gerar situação de incômodo (ex. interferências com equipamentos existentes), ou de riscos à saúde. Contudo, no caso das obras incluídas no Programa, estes incômodos ou riscos deverão ser de baixa magnitude, devido ao porte das instalações envolvidas (ex. todas, exceto uma, das LTs do Programa funcionarão a 69 kV).

C. Impactos Positivos e Benefícios Associados ao Programa

- 5.37 A energia elétrica é um fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social e para o bem-estar da humanidade. Companhias de distribuição de energia, como a CEEE-D, proporcionam energia para áreas residenciais, serviços públicos (e.g., hospitais, escolas, saneamento, instalações esportivas, centros comunitários etc.), bem como para estabelecimentos comerciais e industriais, beneficiando diversas áreas e comunidades no estado do Rio Grande do Sul, melhorando a qualidade e a confiabilidade do fornecimento de energia e atingindo novos consumidores nas áreas urbanas, mas particularmente nas áreas rurais através da implantação do Programa Luz Para Todos, que de 2004 a 2010 realizou cerca de 22 mil ligações na área de concessão da CEEE.
- 5.38 Essas melhorias podem induzir impactos benéficos significativos nas condições sociais das comunidades atendidas, como: (i) melhoria na qualidade e confiabilidade do fornecimento de energia elétrica; (ii) indução de desenvolvimento rural e industrialização; (iii) fortalecimento

do potencial de desenvolvimento econômico em centros urbanos; (iv) criação de empregos diretos e indiretos; (v) crescimento da arrecadação municipal; (vi) melhoria na qualidade de vida da população; e (vii) promoção da eficiência energética.

D. Impactos e Riscos Ambientais e Sociais Relevantes Associados à Companhia em Geral

- 5.39 Apesar do projeto em análise para eventual financiamento pelo BID incluir apenas o Programa, a Equipe do Projeto analisou também aspectos relacionados com outras atividades e instalações da CEEE-D, para identificar possíveis passivos ambientais e sociais, assim como potenciais riscos reputacionais relevantes associados à Companhia, em geral.
- 5.40 Os itens a seguir apresentam aspectos que não se referem especificamente ao processo de expansão e modernização de infraestrutura associados ao Programa, mas sim à companhia CEEE-D como um todo, e que são relevantes em termos ambientais, sociais e de saúde e segurança.

D.1 Considerações sobre reassentamento

- 5.41 Tendo em atenção os procedimentos adotados pela CEEE-D para evitar desapropriações e/ou situações de conflito na aquisição de terrenos e estabelecimento de faixas de servidão, conforme descritos na **Seção 5 (A.1)**, em nenhum dos projetos implementados anteriormente pela CEEE-D houve a necessidade de desenvolver programas de reassentamentos, já que as obras dessa Companhia são de pequeno potencial de impacto e podem ser ajustadas às condições no terreno (linhas de distribuição, subtransmissão e subestações). Além do mais, no processo de aquisição de terrenos para subestações, de acordo com as informações prestadas, as negociações sempre ocorreram de forma amigável, sem necessidade de utilizar a declaração de utilidade pública, prevista pela legislação. Desta forma, questões relacionadas com desapropriação e reassentamento não são relevantes no caso das obras desenvolvidas pela CEEE-D.

D.2 Relações com a comunidade

- 5.42 A CEEE-D relaciona-se diretamente com os clientes, acionistas, empregados, órgãos públicos, agentes regulatórios e fiscalizadores, com os quais mantém canais de comunicação transparentes e em constante aperfeiçoamento. Os esforços da Companhia concentram-se em ações que ampliem e aprofundem o relacionamento com seus públicos-alvo.
- 5.43 Conforme ilustrado na Tabela 5.1, para relacionar-se com os clientes (cerca de 1,4 milhão de unidades consumidoras), a CEEE-D conta com vários canais principais. A comunicação institucional da CEEE-D é feita pela Assessoria de Comunicação Social, formalmente estruturada na empresa. O Conselho de Consumidores é formado por sete conselheiros, representantes dos setores rural, industrial, comercial, residencial, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) e poder público estadual e municipal. O Conselho de Consumidores analisa e avalia questões ligadas ao fornecimento, às tarifas e à adequação dos serviços prestados aos clientes. Os serviços de Ouvidoria da CEEE-D são disponibilizados para o público externo para sugestões e críticas, ampliando os canais de comunicação com seus clientes.

Tabela 5.1 - Canais de Comunicação com os Clientes

Parte Interessada	Detalhamento	Canais de Comunicação
Clientes	Residencial – 1,2 milhões Comercial - 113 mil Industrial – 12 mil Rural – 82 mil Serviço Público – 6,6 mil Iluminação Pública - 89	<ul style="list-style-type: none"> - Call Center, - Agências e postos de atendimento direto, - Central do Cliente na Internet (“Fale Conosco”), - Conselho de Consumidores, - Ouvidoria, - Agência móvel, - Pesquisas de Satisfação – ANEEL e Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”), - Audiências Públicas, - Campanhas publicitárias, e - Feiras e eventos

D.3 Gerenciamento de resíduos sólidos

- 5.44 Os resíduos sólidos que são gerados durante as operações existentes da CEEE-D são relacionados principalmente aos almoxarifados, oficinas de manutenção, subestações, refeitórios e escritórios, e podem envolver resíduos caracterizados como resíduos domésticos e/ou de escritórios, e outros caracterizados como resíduos industriais. Reposição de equipamentos elétricos obsoletos ou avariados, e de outros materiais nas instalações das unidades da CEEE-D geram por sua vez resíduos de diversos tipos, que precisam ser descartados adequadamente. Nesse contexto, restos de material feitos de cobre, alumínio, aço, ferro, vidro, porcelana e madeira são os mais comuns. Além disto, alguns resíduos que podem ser considerados perigosos (Classe I) também são gerados, como baterias usadas contendo ácido, lâmpadas descartadas contendo mercúrio, óleo já utilizado, etc.
- 5.45 Verificou-se durante a missão de análise que a CEEE-D poderá gerenciar adequadamente os resíduos gerados em suas atividades, já que possui um Plano de Gerenciamento de Resíduos denominado “Sistema de Gestão de Resíduos”, o qual se encontra em fase de aprovação e contém procedimentos para coleta, separação, armazenagem e segregação do material para destinação final.
- 5.46 O Manual de operação para áreas de armazenamento temporário de resíduos descreve as atividades de gerenciamento, operação e manutenção das áreas de armazenamento temporário de resíduos Classes I e II (Resíduos Classe I - Perigosos (ABNT NBR 12235:1992) e Resíduos Classe II - Não Perigosos, Não Inertes (II A) e Inertes (II B) (ABNT NBR 11174:1990)).
- 5.47 Outro aspecto importante verificado durante a missão foi a introdução por parte da CEEE-D de um “Curso de Capacitação em Sistema de Gestão de Resíduos”, que tem como objetivo sensibilizar todos os empregados, terceirizados e contratados, em relação à importância dos corretos procedimentos em relação aos resíduos gerados pela Companhia, e principalmente em relação à redução da geração dos mesmos.

- 5.48 Nas visitas efetuadas durante a missão de análise, foi possível constatar que o Centro de Armazenamento Berto Círio da CEEE-D encontra-se em situação regular, com o armazenamento de resíduos e sucatas efetuado de forma bem organizada e com procedimentos adequados no seu manejo. O Almoxarifado Central, que também está localizado nesse local, encontra-se da mesma forma bem organizado.

D.4 Potenciais passivos ambientais associados à contaminação dos solos e das águas

- 5.49 Os seguintes aspectos devem ser considerados como os principais relacionados a potenciais passivos associados com a contaminação dos solos e das águas subterrâneas nas instalações existentes da CEEE-D:

- (i) Óleo mineral: Nas subestações, existem situações de potenciais riscos de poluição por meio de vazamento de fluidos isolantes usados nos transformadores e capacitores. Para controlar a contaminação devido a vazamentos, vem sendo adotado recentemente pela Companhia sistema de contenção e separação de água e óleo nos novos projetos de banco de transformadores, evitando assim, caso ocorram vazamentos, que o óleo chegue até a rede de drenagem pluvial e conseqüentemente a cursos hídricos. A maioria das subestações antigas da CEEE-D não possui bacias de contenção secundárias embaixo de cada transformador para controlar este impacto. Com relação às novas subestações, já foi adotada a construção de tanques de contenção.
- (ii) Atividades de manutenção: Atividades de manutenção em oficinas de manutenção (ex. Oficina de Manutenção de Transformadores, situada no complexo da sede, Oficina de Manutenção de Transformadores em Pelotas) oferecem risco potencial de contaminação de solos e águas, pois geram materiais e efluentes contaminados com óleo diesel, óleo mineral e lubrificantes. Este risco pode ser controlado em campo com o uso de unidades de contenção portáteis durante as atividades de manutenção. Oficinas de manutenção devem ser pavimentadas com material impermeável e equipadas com sistema de drenagem e coleta de efluentes e de resíduos sólidos. Separadores de óleo e água devem ser utilizados para coletar os líquidos provenientes de lavagem/chuva ou vazamentos das áreas de trabalho. Durante as visitas de campo, pequenos sinais de possível contaminação de solos foram observados em áreas na oficina de transformadores, assim como a falta de procedimentos adequados, principalmente no caso de transformadores. De modo geral, é recomendável que haja um aprimoramento no sentido de evitar a contaminação dos solos, além de ser efetuada uma avaliação de situações de potencial risco de contaminação elevado nas oficinas de manutenção.
- (iii) Armazenamento de equipamentos e materiais: Almoxarifados e instalações para armazenagem de equipamentos e materiais também podem constituir num risco potencial no que diz respeito à contaminação dos solos. Novos equipamentos (principalmente transformadores) podem conter óleo mineral e, apesar de ser pouco provável, podem ocorrer vazamentos durante o armazenamento. O armazenamento temporário de transformadores antigos ou de equipamentos no aguardo de transporte para recuperação também não é adequado em algumas instalações, como na oficina de transformadores. Em algumas das áreas de armazenagem e almoxarifados que foram visitadas foram identificadas evidências de vazamentos e no mínimo uma investigação

e diagnóstico da situação de contaminação de solos em cada uma dessas instalações é recomendada para evitar futuros passivos ambientais.

- (iv) Usinas de preservação de madeira: A CEEE-D possui e opera a Usina de Preservação de Madeira (“UPM”) Carola, em Charqueadas e a UPM Alegrete, em Alegrete. Apesar de estarem devidamente licenciadas e serem fiscalizadas periodicamente pelos órgãos ambientais, dadas algumas atividades desenvolvidas nessas unidades e alguns produtos químicos manuseados no passado ou presente (ex. bromados, como tribromofenato de sódio, óleo creosoto), os quais são considerados como tóxicos ou perigosos, poderão existir potencialmente situações de contaminação dos solos e das águas que necessitam de ser verificadas.

- 5.50 No entanto, a CEEE-D não possui ainda uma avaliação global das principais situações e locais que possam representar riscos acrescidos de potenciais passivos ambientais associados à contaminação dos solos e das águas. Este tipo de avaliação é fundamental para a adequada gestão deste tipo de riscos e passivos ambientais e o BID recomenda que seja efetuado este tipo de avaliação para o caso de instalações relevantes da Companhia.

D.5 Bifenilas policloradas (PCBs) - Askarel

- 5.51 Em atendimento às exigências legais, a CEEE-D não mais adquire equipamentos que contenham PCBs, e dentro do seu Sistema de Gestão de Resíduos, possui uma Norma de Procedimento para o manuseio, acondicionamento, armazenamento temporário, transporte e destinação final de bifenilas policloradas, a qual estabelece principalmente as responsabilidades relacionadas ao manejo de PCBs. Contudo, também em atendimento à legislação, a CEEE-D precisa retirar gradualmente da rede todos os equipamentos que contenham PCBs.

- 5.52 A CEEE-D não possui ainda um inventário global dos equipamentos que possam conter PCBs dentro do patrimônio da Companhia, mas já deu início ao levantamento das informações. Este tipo de levantamento é fundamental para qualquer ação de gestão deste tipo de equipamentos, visando a sua eliminação total.

D.6 Hexafluoreto de Enxofre (SF6)

- 5.53 O hexafluoreto de enxofre (SF6) é um gás que é usado como isolante em alguns equipamentos de energia elétrica (ex. disjuntores), porém é considerado como um dos gases que contribuem para o efeito estufa. A CEEE-D realiza um inventário anual dos equipamentos contendo SF6. Em 2009, havia somente 2 disjuntores de média tensão contendo SF6. Desta forma, os riscos associados ao uso de SF6 podem ser considerados baixos no caso das atividades da CEEE-D.

D.7 Risco de ocupação indevida de faixas de servidão de linhas de distribuição

- 5.54 Ocupação indevida de faixas de servidão de linhas de distribuição tem sido uma ocorrência comum nas grandes cidades brasileiras, apesar da legislação e os mecanismos de uso e controle do solo, ditados algumas vezes por autoridades municipais. A Companhia entende que esta situação é um potencial problema social, que precisa ser solucionado de comum acordo e com o apoio das autoridades públicas.

- 5.55 Na área de concessão da CEEE-D foram detectados alguns casos de ocupação indevida de faixas de servidão de linhas de distribuição, inclusive próximo à sede. Para lidar com estas situações, a Companhia informou que faz inspeções periódicas nos sistemas de distribuição, e qualquer novo ocupante é avisado dos riscos em ocupar áreas embaixo de linhas de alta voltagem, sendo convidado amigavelmente a sair da área, antes de que sejam tomadas medidas mais drásticas, junto às autoridades competentes.
- 5.56 A Coordenadoria Jurídica da Divisão de Direito Público da CEEE-D elaborou uma lista com os documentos necessários para que a solução dos expedientes relativos a ocupação indevida de faixas de servidão (intrusamentos) de LTs tenham maior rapidez. A CEEE, como forma de evitar a ocupação indevida na faixa de servidão em algumas LTs, realiza convênio com as prefeituras, com o objetivo de estimular o aproveitamento racional de áreas ociosas, como para o plantio de diversas espécies de hortaliças, oportunizando a geração de renda da comunidade. São exemplos desses convênios, o “Projeto Semear”, no município de Cachoeirinha, e o “Projeto Alimentar”, no município de Canoas.
- 5.57 Outra importante ação a ser implementada pela CEEE-D em relação à prevenção para ocupação indevida em faixas de servidão das linhas de transmissão é o projeto “Sinalização das Faixas de Servidão nas Linhas de Transmissão da CEEE-D”, que inicialmente será realizado na LT Charqueadas - Areal. Este projeto prevê a instalação de placas nos pontos de intrusão considerados críticos no percurso da linha, geralmente em área urbana. O conteúdo das placas inclui texto informativo a respeito da LT (nome, tensão, nº da estrutura) e educativas, abordando os temas de segurança e uso da faixa de servidão. Também, para demarcar a extensão da faixa de servidão, serão colocados marcos nos mesmos pontos de instalação das placas, delimitando e explicitando a área a ser respeitada. Além disso, serão ministradas palestras didáticas elucidando os usos incorretos da faixa.

D.8 Aumento nos níveis de ruído

- 5.58 A operação de alguns equipamentos situados em SEs (principalmente o sistema de ventilação de transformadores) poderá gerar níveis de ruídos, que eventualmente poderão causar impactos significativos nas áreas urbanas vizinhas, dependendo das características dos edifícios circundantes (ex. altura, tipo de construção), da sua distância à fonte, existência ou não de barreira à transmissão de ruído (ex. muros).
- 5.59 A fim de atenuar a geração de ruído em SEs, a CEEE-D introduziu recentemente uma especificação técnica para os motores de ventiladores de transformadores, de forma que sejam blindados para gerar menor nível de ruído.
- 5.60 Contudo, foi verificado nas visitas efetuadas durante a missão de análise, que algumas das SEs da CEEE-D, localizadas em áreas densamente urbanizadas, apresentam situação de proximidade a edifícios de vários andares que poderá gerar incômodos e/ou outros impactos significativos nos receptores, residentes ou utilizadores, das áreas circundantes. Assim, o BID recomenda que sejam efetuadas avaliações adicionais pela Companhia para determinar eventuais situações de incômodo e de não cumprimento com relação à legislação pertinente.
- 5.61 Nas áreas rurais este tipo de impacto não será significativo, devido à maior distância à fonte, maior capacidade de dispersão e menor número de receptores presentes que poderão ser afetados.

D.9 Impacto na fauna

- 5.62 Os impactos na fauna associados às atividades da CEEE-D são, em geral, de pequena dimensão e temporários pela sua natureza e, geralmente, são reversíveis. Um dos principais impactos que a CEEE-D precisou equacionar em relação à fauna, refere-se ao potencial impacto de LTs sobre fluxos migratórios de avifauna, quando as LTs atravessam áreas potencialmente sensíveis em termos de avifauna, particularmente o risco de colisão de aves com linhas de alta tensão energizadas. Para mitigar estes impactos, a Companhia tem instalado sinalizadores específicos para avifauna em determinadas LTs, como ocorreu na LT de 138 kV Quinta-Marmeleiro, e tem também produzido relatórios periódicos de monitoramento da avifauna.

D.10 Campos elétricos e magnéticos

- 5.63 A geração de campos elétricos e magnéticos ao longo das linhas de distribuição e próximo às subestações é outro aspecto relacionado à operação de sistemas elétricos que poderá gerar situação de incômodo (ex. interferências com equipamentos existentes), ou de riscos à saúde.
- 5.64 A ANEEL em sua Resolução Normativa nº 398, de 23 de março de 2010 regulamenta a Lei nº 11.934, de 5 de maio de 2009, no que se refere aos limites à exposição humana a campos elétricos e magnéticos originários de instalações de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, na frequência de 60 Hz. Essa lei estabelece que sejam adotados os limites recomendados pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”) para a exposição ocupacional e da população em geral a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos gerados por estações transmissoras de radiocomunicação, por terminais de usuário e por sistemas de energia elétrica que operam na faixa até 300 GHz. De acordo com seu Artigo 7º os agentes de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica devem realizar medições dos campos elétricos e magnéticos para as instalações já existentes com tensão igual ou superior a 138 kV e cujos valores, calculados conforme metodologia estabelecida na NBR 15415/2006 da ABNT, sejam iguais ou superiores aos Níveis de Referência.
- 5.65 A medição de campos magnéticos em linhas de 138 kV da CEEE-D, de acordo com a Resolução 398/2010, não foram ainda realizadas. Segundo a legislação, estas devem ser realizadas até fevereiro de 2011 e a área de manutenção da Companhia deverá contratar uma empresa especializada para tal. Assim, será necessário pedir prorrogação, já que será necessário realizar um processo licitatório para contratação, o que demandará um intervalo de tempo maior. Refira-se, no entanto, que a CEEE-D não é a única concessionária de distribuição de energia elétrica que está pretendendo solicitar prorrogação, outras concessionárias em outras regiões do Brasil também pretendem solicitar à ANEEL o adiamento do prazo para entrega dos estudos de campos elétricos e magnéticos para novembro de 2011.

E. Potenciais Riscos de Reputação ao BID Associados a outras Atividades da CEEE-D

- 5.66 Uma das atividades desenvolvidas na Avaliação Ambiental e Social realizada pelo BID/SOMA envolveu a avaliação de potenciais riscos reputacionais ao BID associados a outras atividades da CEEE-D. Nesse sentido, torna-se importante, em particular, avaliar as

ações jurídicas relacionadas a questões ambientais, sociais e de saúde e segurança que estão relacionadas à Companhia como um todo.

- 5.67 Na avaliação ambiental e social efetuada foram verificadas apenas quatro situações que poderão representar algum risco reputacional para a Companhia e para o BID, conforme indicado a seguir. Entretanto, da análise das informações, e tendo em vista a atitude positiva e as medidas concretas que estão sendo adotadas pela Companhia para solucionar essas situações, inclusive com o envolvimento das autoridades competentes, considera-se que não existe situação de risco reputacional elevado e os riscos potenciais associados deverão ser de baixo a moderado, recomendando-se um acompanhamento das situações por parte do BID ao longo do tempo.

E.1 Passivo Ambiental - Ação Civil Pública

- 5.68 Em 1968, a antiga Companhia Estadual de Energia Elétrica (“CEEE”) adquiriu o Horto Florestal Renner, uma área com cerca de 1,6 mil hectares, no município de Triunfo e localizado ao lado da Usina de Preservação de Madeira de Barreto. Em 1997, com a privatização parcial da CEEE, ocorreu a passagem do Horto Florestal Renner para a AES Sul, uma nova empresa distribuidora que adquiriu parte da CEEE. Em 2006, houve a restituição do Horto Florestal Renner e Usina de Preservação de Madeira para a CEEE-D.
- 5.69 Ocorre que, a Prefeitura Municipal ao fazer reformas em uma estrada de acesso ao Horto Florestal Renner encontrou tonéis enterrados com substância para preservação de madeira.
- 5.70 Em março de 2008, foi ajuizada uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Estadual (“MP-RS”), por meio da Promotoria de Justiça de Triunfo, contra as empresas CEEE-D, AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia S/A e AES Florestal Ltda., com relação à contenção, reparação e indenização de danos ambientais relacionado ao Horto Florestal Renner e à Usina de Beneficiamento de Madeira Barreto, ambos localizados no município de Triunfo (RS).
- 5.71 Em sua defesa, a CEEE-D alegou que não causou o dano ambiental, atribuindo tal responsabilidade às demais requeridas, as quais teriam enterrado tonéis contendo produtos contaminantes no local. Já a AES Florestal Ltda. e a AES Sul Distribuidora de Energia Elétrica S/A argumentam que não devem ser responsabilizadas pelo dano, porque não foram as suas causadoras, por não serem proprietárias da área e porque, quando exerceram suas atividades no local, não fizeram uso dos produtos tóxicos indicados. Referem ainda que, durante o tempo em que ocuparam a área, diagnosticaram o dano ambiental, tendo, inclusive, adotado medidas para recuperar o local atingido, embora não tenham paralisado as atividades até a entrega da área à CEEE-D.
- 5.72 No momento, o processo encontra-se em fase de produção de provas e as partes (MP-RS, CEEE-D e AES Sul) encontram-se em tratativas para acordo, com o objetivo de encerrar com este processo judicial.
- 5.73 Independentemente do resultado, a CEEE-D está finalizando um novo processo licitatório, com o objetivo de selecionar empresa apta a remover totalmente os focos de contaminação da referida área para solucionar esse impacto. Brevemente será lançado edital para retirada do material para local apropriado.

E.2 Ligação de Energia em Área de Preservação Permanente – Mostardas/RS

- 5.74 Trata-se de uma situação em que ocorreu conflito entre interesses públicos distintos. Indo ao encontro dos anseios de comunidades e autoridades locais, a CEEE-D realizou ligações elétricas no município de Mostardas, que abriga em seus limites territoriais uma Unidade de Conservação - o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, além de várias áreas onde ocorre a presença de cordões de dunas, as quais são consideradas APPs, consoante dispõe o artigo 2º da Lei n.º 4.771/65 (Código Florestal).
- 5.75 A Procuradoria da República do Rio Grande do Sul, através do Inquérito Civil Público Nº 1.29.000.0001039/2008, emitiu uma recomendação (OF/NUMAPAC/PR/RS n.º 4081/2008) à CEEE-D, para que esta suspendesse o fornecimento de energia à população dos referidos locais, advertindo sobre o ajuizamento de uma Ação Civil Pública em caso de descumprimento.
- 5.76 Neste ínterim, diversas pessoas que beneficiavam das ligações elétricas, e foram atingidas por tal procedimento, ajuizaram inúmeras ações na vara adjunta do Juizado Especial Cível (“JEC”), requerendo o restabelecimento da prestação de tal serviço, o que foi amplamente acatado pelo juiz local, inclusive com a estipulação de multa diária caso a Companhia descumprisse o mandado judicial.
- 5.77 Por sua vez, a Defensoria Pública do município de Mostardas, em vista de reclamações recebidas, requisitou informações à CEEE-D (Ofício n.º 03/2009, de 03/02/2009) sobre o indeferimento de pedidos de ligações naquelas áreas, a fim de instruir um Procedimento para Apuração de Dano Coletivo (“PADAC”).
- 5.78 Por outro lado, o IBAMA lavrou o auto de infração n.º 556631, segundo o qual a empresa, por instalar rede elétrica em APP, sem licença do órgão ambiental competente, estaria transgredindo o artigo 70, da Lei 9.605/98 e o artigo 66, do Decreto 6.514/08.
- 5.79 Desse modo, constatou-se que CEEE-D ficou envolvida no meio de uma situação de entrave jurídico entre as exigências pela suspensão do fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras nestas localidades de preservação, e aquelas feitas no sentido contrário, ou seja, para manter o fornecimento.

E.3 Ligação a uma Comunidade na Ilha das Flores

- 5.80 Entre 2009 e 2010, o Ministério Público do Rio Grande do Sul instaurou um inquérito civil exigindo a ligação de energia elétrica do sistema da CEEE-D a uma comunidade localizada na Ilha das Flores, que necessitaria de realização de poda em nove árvores em uma Unidade de Conservação. Inicialmente, a CEEE-D fez a solicitação junto à FEPAM (órgão ambiental do estado), a qual informou que a CEEE-D deveria obter essa autorização junto ao DEFAP. Através de um relatório, onde apresentava diversos documentos como imagens da área a ser podada, dados das espécies arbóreas, e anuência da SEMA, a CEEE-D fez a solicitação em 6 de janeiro de 2010 e obteve a autorização nº 02/2010 no mesmo dia junto ao DEFAP. Considerando que a área em questão era invadida e o proprietário obteve parecer favorável do Ministério Público, a ligação elétrica não foi realizada e o Inquérito Civil foi arquivado.

E.4 Contaminação na Usina Dieselétrica de Santa Vitória do Palmar

- 5.81 A CEEE-D possui uma Usina Dieselétrica de Santa Vitória do Palmar, que funcionou entre 1974 e 1999 e que atualmente está desativada. Em 7 de junho de 2010, a FEPAM, em reunião com a CEEE-D, solicitou a continuidade de estudo e providências quanto a possível contaminação existente na área da usina, bem como que a Companhia apresentasse um Plano de Ações Futuras com cronograma, para cumprimento do mesmo. Em 21 de julho de 2010 a CEEE-D encaminhou à FEPAM solicitação de alteração de responsabilidade ambiental relativa à área onde operava a Usina Dieselétrica de Santa Vitória do Palmar (assumindo a responsabilidade frente à Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – “CEEE-GT”) e informando que o processo de contratação de um novo diagnóstico de contaminação e elaboração de plano de remediação já foi iniciado, conforme cronograma a ser apresentado brevemente à FEPAM.

VI GESTÃO AMBIENTAL, SOCIAL E DE SAÚDE E SEGURANÇA

- 6.1 A CEEE-D possui procedimentos bem estruturados para lidar com os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança. Entretanto, não existem sistemas formais e estruturados de gestão ambiental e social, ou de saúde e segurança.

A. Sistema de Gestão Ambiental e Social

- 6.2 Em termos de ferramentas de gestão ambiental e social a CEEE-D conta com: (i) Código de Ética; 2010 (ii) Política Ambiental; (iii) Política de Responsabilidade Social; (iv) Plano de Gestão Ambiental e Social (**ver Seção 5.4**); e (v) Sistema de Gestão de Resíduos (ou Plano de Gerenciamento de Resíduos).
- 6.3 A CEEE-D conta com uma unidade de meio ambiente em sua estrutura formal, a Divisão de Recursos Florestais e Ambientais (“DRFA”), que é um órgão vinculado diretamente à Diretoria de Distribuição. É responsável pela gestão dos aspectos ambientais na CEEE-D desde 2008, formalizada pela Resolução de Diretoria nº 109/2008 de 16/04/2008. A DRFA conta com um corpo funcional composto por 14 funcionários e mais 16 em nível operacional. A divisão atua nas atividades de sensibilização ambiental para o público interno e comunidade, licenciamento ambiental, gestão de podas, interação com órgãos fiscalizadores e gerenciamento de resíduos.
- 6.4 Cabe salientar ainda que são incluídas diretrizes ambientais aplicáveis às empresas contratadas em todos os contratos, para aquisição de bens ou contratação de serviços. Estas exigências dizem respeito inclusive à postura que as empresas contratadas devem manter em relação a questões como gestão de resíduos, trato com a comunidade, prevenção de contaminações, adequação à legislação, etc.
- 6.5 Não obstante a existência dessas ferramentas e recursos, na Avaliação Ambiental e Social efetuada pelo BID/SOMA foram identificadas algumas oportunidades de melhorias na capacidade de gestão ambiental e social da CEEE-D. Desse modo, o BID efetua algumas recomendações, que estão consolidadas no **Capítulo IX**.

B. Sistema de Gestão de Saúde e Segurança

- 6.6 Em termos de gestão de saúde e segurança a CEEE-D conta com as seguintes principais ferramentas: (i) Política Corporativa de Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional; e (ii) Plano de Gestão de Saúde e Segurança (**ver Seção 5.5**).
- 6.7 A CEEE-D possui uma Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional, que está subordinada diretamente à Diretoria Administrativa, e é constituída por 28 profissionais da segurança (técnicos e engenheiros de segurança do trabalho) e saúde (médicos do trabalho, técnicos de enfermagem do trabalho, odontóloga e psicólogas). Também, em cada local ou unidade relevante, e de acordo com a legislação vigente, a CEEE-D conta com as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (“CIPAs”).
- 6.8 A CEEE-D vem realizando um intenso trabalho na prevenção de acidentes, cumprindo a legislação vigente sobre treinamentos, fornecimento e utilização de equipamentos de segurança. Este trabalho de prevenção é realizado também junto às empresas contratadas da CEEE-D. Para tanto, os contratos com empreiteiras e prestadores de serviços, possuem anexos com especificações de segurança que devem ser cumpridos. Além dos Equipamentos de Proteção Individual (“EPIs”), a Companhia disponibiliza Equipamentos de Proteção Coletiva (“EPCs”), ferramentas e outros materiais, todos previamente testados e aprovados, visando garantir a integridade dos seus empregados durante jornada de trabalho.
- 6.9 A Companhia conta ainda com um Centro de Treinamento (CETAF), onde são realizados o treinamento e a capacitação técnica e de segurança exigida pela NR 10 da Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego. No CETAF também são ministrados diversos cursos para a utilização correta de equipamentos.
- 6.10 Não obstante a existência dessas ferramentas e recursos, na Avaliação Ambiental e Social efetuada pelo BID/SOMA foram identificadas algumas oportunidades de melhorias na capacidade de gestão de saúde e segurança da CEEE-D. Desse modo, o BID efetua algumas recomendações, que estão consolidadas no **Capítulo IX**.

C. Responsabilidade Ambiental e Social

- 6.11 A CEEE-D busca o fortalecimento do conceito de responsabilidade ambiental e social nos processos de trabalho, associando suas estratégias econômico-financeiras ao atendimento das questões socioambientais de maneira permanente e pró-ativa. A inserção do conceito de responsabilidade social em seus processos de trabalho, norteadas pela Política de Responsabilidade Social, visa apoiar ações socialmente responsáveis junto a seus diversos públicos.
- 6.12 A CEEE D apresenta também em seu organograma a Coordenadoria de Sustentabilidade, subordinada a Área da Presidência, a qual tem em sua atribuição macro "Prestar assessoramento à Direção e aos demais órgãos da Empresa nas questões socioambientais, propondo e acompanhando, em parceria com esses órgãos, objetivos, políticas, estratégias, sistematização e a implementação das ações socioambientais, visando a sustentabilidade da Empresa". Esta Coordenadoria conta com 11 profissionais: 1 administrador, 3 assistentes administrativos, 2 assistentes, 1 engenheiro florestal, 1 psicólogo, 1 chefe de seção, 1 advogado e 1 assistente social.

- 6.13 Além de preparar e publicar o “Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental”, a CEEE-D participa de diversas ações em benefício da comunidade com o intuito de estimular a cultura e a melhoria de qualidade de vida. Também, a CEEE-D desenvolve e implementa diversos programas de eficiência energética que promovem sustentabilidade, tais como os seguintes: (i) Casa Iluminada; (ii) Prédio Público Eficientizado; (iii) Hospital mais Iluminado; (iv) Escola mais Iluminada; (v) Saneamento Eficiente; e (vi) programa com apresentações para a comunidade sobre eficiência energética chamado Chegadas.
- 6.14 O Grupo CEEE recebeu em 2009 diversos prêmios em reconhecimento ao seu trabalho de responsabilidade socioambiental, tais como: Certificado de Responsabilidade Social na categoria Entidades Governamentais da Assembléia Legislativa, Top de Marketing da ADVB/RS 2009 com o Prêmio Top Responsabilidade Social – Empresas Públicas e Privadas, Prêmio Nacional de Responsabilidade Socioambiental Empresarial do Instituto Ambiental Biosfera e Prêmio Responsabilidade Ambiental do Rio Grande do Sul, promovido pelo Instituto Latino-Americano de Proteção Ambiental Borboleta Azul, Assembléia Legislativa do Estado e Associação Riograndense de Imprensa
- 6.15 *Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”)*. Em cumprimento ao estabelecido pela Lei no 9.991 de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica são obrigadas a aplicar, anualmente, no mínimo 0,75% da Receita Operacional Líquida (“ROL”) em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética. Já a geração e transmissão, além dos produtores independentes, são obrigados a aplicar, anualmente, no mínimo 1% da ROL em pesquisa e desenvolvimento. O Grupo CEEE investe em projetos de P&D tanto na geração e transmissão como na distribuição. Entre os projetos da área de distribuição se destacam: (i) “Materiais alternativos para células a combustível: geração de energia barata renovável com elevada eficiência”; (ii) “Modelo de otimização de redes para determinação de plano de investimento e perdas técnicas”.

VII DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E CONSULTA PÚBLICA

- 7.1 No Brasil, existem Leis e Resoluções Federais relacionadas com empreendimentos do setor elétrico que exigem a existência de mecanismos de consulta pública e, em alguns casos, audiências públicas, a serem realizadas durante o processo de licenciamento ambiental. Além disso, o setor elétrico, através da Resolução ANEEL nº 259/03, também assegura ao público a realização de reuniões e audiências em processos que envolvem a formação de reservatório ou a definição de traçados de linhas de transmissão, quando as negociações amigáveis se esgotam e a concessionária necessita utilizar decreto de utilidade pública em processos de desapropriação. Esses procedimentos têm sido adotados pela CEEE-D nos casos aplicáveis (refira-se, no entanto, que não são todos os empreendimentos da CEEE-D que devem passar por audiência pública), conforme constatado a nível institucional.
- 7.2 Torna-se importante ressaltar que para o Programa não houve legalmente necessidade de realização de Estudo de Impacto Ambiental (“EIA”) e respectivas consultas públicas, dado as obras não envolverem impactos de grande magnitude ou significância. No entanto, em atendimento à solicitação do BID, a CEEE-D elaborou um Relatório de Análise Ambiental (“RAA”) para o presente Programa, e deu publicidade adequada a esse documento através de avisos públicos informando dos locais para consultas e comentários do público. Também,

cabe referir que o RAA foi disponibilizado para consulta do público de acordo com a Política de Divulgação de Informação do BID (OP-102), localmente (desde 18 de outubro de 2010), no Centro de Informação ao Público do BID em Washington, DC, e na Representação do BID no Brasil (desde 21 de setembro de 2010).

- 7.3 Também, como foi indicado na **Seção 5 (D.2)** e **Tabela 5.1**, a CEEE-D possui diversos canais de comunicação, transparentes e em constante aperfeiçoamento, para relacionar-se diretamente com os clientes, acionistas, empregados, órgãos públicos, agentes regulatórios e fiscalizadores, tais como: (i) *Call Center*; (ii) Agências e postos de atendimento direto; (iii) Central do Cliente na Internet (“Fale Conosco”); (iv) Conselho de Consumidores; (v) Ouvidoria; (vi) Agência móvel; etc.

VIII AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PROGRAMA

- 8.1 Durante a Avaliação Ambiental e Social realizada pelo BID para o Programa, foi analisado também o cumprimento com as Diretrizes da Política do Banco OP-703. As Diretrizes que foram identificadas como de relevo para a operação são: B.3, B.4, B.5, B.6, B.7 e B.11, pelos seguintes motivos:

- (i) B.3 Triagem e Classificação – a operação inclui obras de porte pequeno a moderado.
- (ii) B.4 Outros Fatores de Risco - potenciais passivos e riscos associados a outras atividades da Companhia.
- (iii) B.5 Requisitos de Avaliação Ambiental – uma Avaliação Ambiental foi efetuada e um Relatório de Análise Ambiental (“RAA”) preparado.
- (iv) B.6 Consulta Pública – o RAA foi disponibilizado para consulta do público de acordo com a OP-102.
- (v) B.7 Supervisão e Cumprimento – o BID irá monitorar o cumprimento da Companhia com os requisitos de salvaguarda estipulados no Contrato de Empréstimo e Plano Operacional.
- (vi) B.11 Prevenção e Controle de Poluição – as obras do Programa poderiam potencialmente causar a contaminação do solo e das águas.

- 8.2 Na Avaliação Ambiental e Social realizada pelo BID e seu Consultor Ambiental e Social (SOMA), não foram identificadas situações de não cumprimento às Políticas aplicáveis do BID. Baseando-se no trabalho desenvolvido, foi possível confirmar que a CEEE-D tem planos, diretrizes e procedimentos adequados, bem como medidas (formais ou informais) para controlar os impactos e riscos ambientais, sociais e de saúde e segurança associados ao Programa, assim como a outras atividades da Companhia. Deste modo, considera-se que o Programa é viável e não foi identificado nenhum fator que possa representar um risco à sustentabilidade ambiental e social desta operação com o BID.

- 8.3 Não obstante esses aspectos favoráveis, na Avaliação Ambiental e Social realizada pelo BID foram identificadas algumas oportunidades de melhorias na capacidade de gestão ambiental e

social, bem como de saúde e segurança da CEEE-D, em geral. Desse modo, o BID apresenta algumas recomendações, que estão consolidadas no **Capítulo IX**, e que são refletidas no Plano de Ação Ambiental e de Saúde e Segurança apresentado no **Anexo 2**, as quais se aplicam mais às atividades da Companhia em geral do que especificamente ao Programa.

IX RECOMENDAÇÕES E REQUISITOS A SEREM INCLUÍDOS NO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

- 9.1 Como parte do *Contrato de Empréstimo* e durante toda a vigência do mesmo, o BID irá requerer que a CEEE-D esteja em conformidade com cada um dos itens que se seguem:
- (i) A legislação e normas regulamentadoras aplicáveis aos aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança, assim como com as Políticas e Normas ambientais e sociais aplicáveis do BID.
 - (ii) As normas e condicionantes associadas a qualquer licença ou autorização ambiental, e de saúde e segurança aplicável à Empresa.
 - (iii) Os requisitos ambientais e de saúde e segurança dos contratos relacionados com o Programa e qualquer modificação subsequente.
 - (iv) Os aspectos e componentes de todos os documentos de programas ambientais e de saúde e segurança do Programa.
- 9.2 A CEEE-D deve ainda notificar o BID com relação a não-conformidades relevantes com relação aos requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança do acordo de empréstimo, assim como qualquer significativo impacto, evento, acidente, reclamação ou queixa material em relação ao meio ambiente, socioeconômico e de saúde e segurança.
- 9.3 A CEEE-D submeteu o Plano de Ação Ambiental e de Saúde e Segurança (**ver Anexo 2**), no formato e com conteúdo satisfatórios ao BID, abordando apropriadamente as principais recomendações originadas na Avaliação Ambiental e Social efetuada pelo BID e indicadas a seguir, as quais se aplicam mais às atividades da Companhia em geral do que especificamente ao Programa:
- (i) *Fortalecer a estrutura interna para gestão dos aspectos ambientais e sociais na CEEE-D* – para que a CEEE-D consiga cumprir com a demanda relacionada aos aspectos ambientais e sociais tanto de novos projetos, como também da regularização dos antigos, recomenda-se que a Companhia estruture melhor sua área ambiental, seja com a contratação de novos profissionais, seja com utilização de colaboradores internos nas áreas ambientais.
 - (ii) *Integrar o quanto antes a consideração dos aspectos ambientais e sociais* - integrar, de forma sistemática e, de preferência, dentro de um sistema de gestão, a gestão dos aspectos ambientais e sociais (processo de licenciamento ambiental, gestão de resíduos, diretrizes, instituições, etc.) desde a fase de planejamento de novos empreendimentos, até a fase de implantação e operação;

- (iii) *Integrar aspectos ambientais e sociais no Sistema de Gestão Informatizado da empresa* – os Componentes V e VI do Programa envolvem a aquisição de um Sistema Integrado de Gestão e o Desenvolvimento Institucional, através do qual a CEEE-D deverá desenvolver ações para gestão das obras a serem financiadas pelo BID. Recomenda-se que estes componentes integrem também aspectos ambientais e sociais pertinentes.
- (iv) *Plano de Gestão de Equipamentos e Materiais com PCBs* – a CEEE-D deverá elaborar um plano para a eliminação de equipamentos e materiais contendo PCBs, que inclua um inventário, procedimentos formais para o manejo de PCBs até o destino final; procedimentos de sinalização correta; estratégias para a substituição gradativa, etc.;
- (v) *Plano de Gerenciamento de Resíduos* – A Companhia deverá realizar a complementação e detalhamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos para aprimorar o cumprimento de suas normas em todas as unidades da CEEE-D;
- (vi) *Desenvolver Plano de Regularização de Licenças Ambientais* – A CEEE-D deverá proceder à regularização das licenças ambientais das unidades existentes (subestações, oficinas de manutenção, etc.) em conformidade com a Resolução 01/2010 da FEPAM, bem como das novas unidades;
- (vii) *Programa de abordagem para as situações de invasão de faixas de servidão na área de concessão da CEEE-D* - Elaborar e implementar um programa para atuação em situações de ocupação indevida de faixas de servidão das Linhas de Subtransmissão, incluindo realização de levantamento, estabelecimento de procedimentos de atuação, proposição de medidas preventivas e corretivas, formas de monitoramento, etc.;
- (viii) *Programa de Gestão de Ruído em Subestações* - Elaborar um programa de gestão de ruídos (diagnóstico, monitoramento, ações de atenuação, etc.) em todas as subestações localizadas em áreas residenciais;
- (ix) *Programa para regularização junto ao Corpo de Bombeiros das instalações antigas e novas da CEEE-D* - Elaborar um programa para regularização e obtenção de certificação de conformidade das unidades junto aos Corpos de Bombeiros;
- (x) *Plano de Gestão de Passivos Ambientais, Sociais e de Saúde e Segurança* - Realizar um plano de identificação e resolução de potenciais passivos ambientais nas principais instalações da empresa (oficinas de manutenção, oficinas mecânicas, depósitos, usinas de preservação de madeira, locais de armazenamento, subestações, etc.), incluindo levantamento de áreas potencialmente contaminadas e planos de ações corretivas, se necessário;
- (xi) *Plano de Contingências Ambientais* - Desenvolver e implementar plano de contingências ambientais para todas as unidades relevantes da Companhia, estabelecendo procedimentos e formas de atuação em situação de eventuais acidentes que possam ocorrer, principalmente nas subestações;

- (xii) *Plano de Gestão de Saúde e Segurança* - Reforçar a fiscalização quanto ao cumprimento de procedimentos de saúde e segurança ocupacional como o uso de EPIs, a realização de campanhas de sensibilização, ações de treinamento, etc.; e
 - (xiii) *Relatórios de Conformidade Ambiental e Social* - Informar periodicamente ao BID quanto à conformidade ambiental, social e de saúde e segurança das obras do Programa Pró-Energia RS Distribuição, bem como da implementação deste Plano de Ação.
- 9.4 Durante o período de vigência do *Contrato de Empréstimo*, a Companhia deve apresentar, em formato e conteúdo satisfatórios ao BID, os documentos, relatórios e planos aplicáveis indicados no Plano de Ação Ambiental e de Saúde e Segurança e nos prazos previstos.
- 9.5 Durante o período de vigência do *Contrato de Empréstimo*, a CEEE-D deverá comprovar a conformidade com todos os requisitos ambientais, sociais e de saúde e segurança constantes no *Contrato de Empréstimo*, e preparar e submeter Relatórios de Conformidade Ambiental e Social (“RCAS”), na formatação, com conteúdo e frequência satisfatórios ao BID.
- 9.6 O Banco monitorará os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança relacionados ao Programa, através de ações de supervisão do BID (visitas aos locais, revisão de documentação, etc.). Além disso, o Banco terá o direito de contratar auditoria ambiental e de saúde e segurança independente, caso seja necessário.

ANEXO 1: FIGURA E TABELAS

Figura 1: Mapa com Localização da Área de Concessão da CEEE-Distribuição

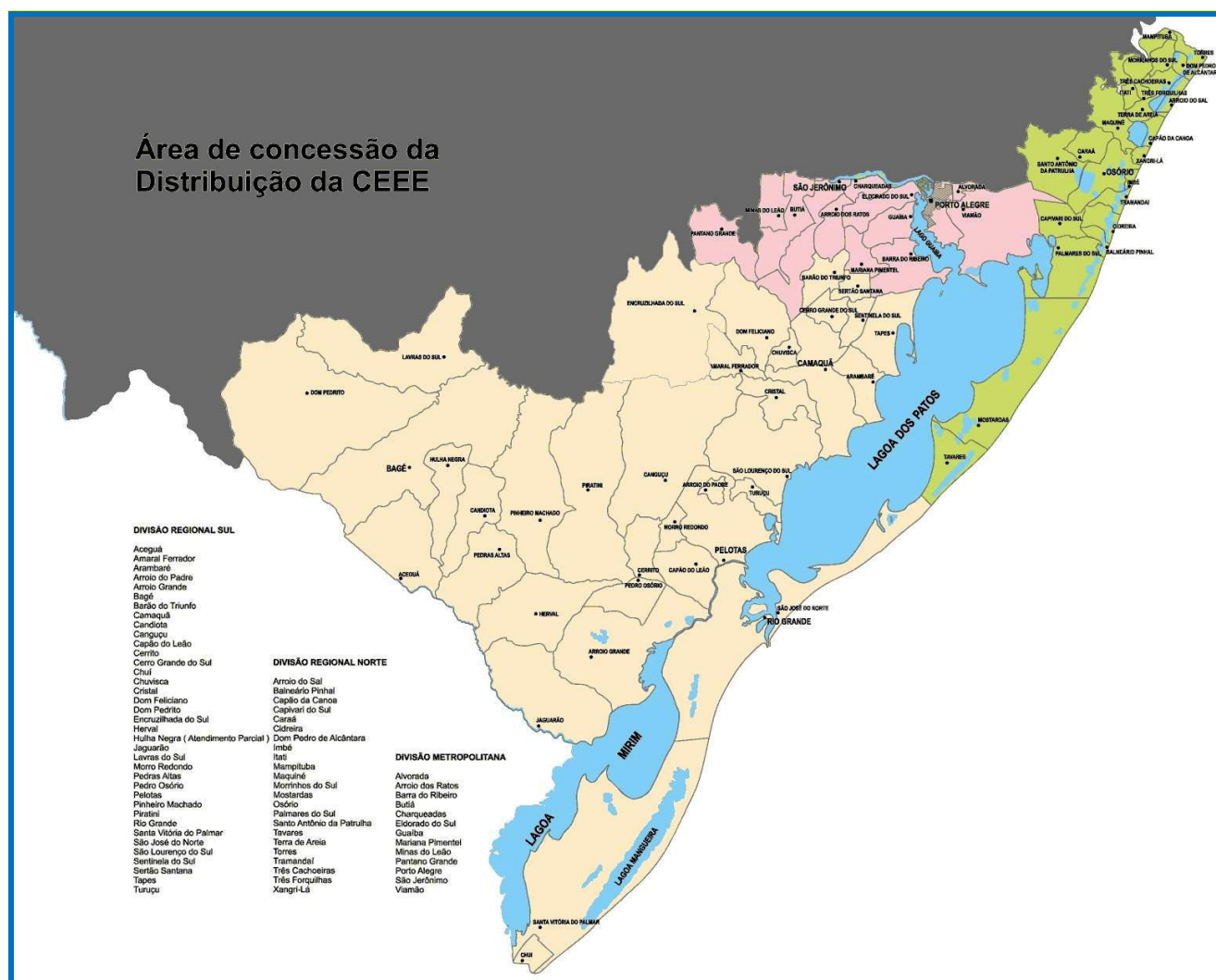


Tabela 1.1: Principais características das subestações novas contempladas no Programa

Novas Subestações	Município	Região	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	POTÊNCIA (MVA)	TENSÃO (kV)	Terreno Adquirido ¹	Bacia de Contenção	PCB	Baterias	Telecomando de subestações	Situação atual
SE PAL 7	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova SE semi-abrigada	100	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE PAL 15	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova SE abrigada	50	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE PAL 17	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova SE abrigada	50	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE Menino Deus	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova SE abrigada	50	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE Floresta	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova SE abrigada	50	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE Aeroporto	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova Semi- abrigada	50	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE Alvorada 2	Alvorada	Porto Alegre	Nova SE convencional	50	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE São Jerônimo	São Jerônimo	Porto Alegre	Nova SE convencional	12,5	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada
SE Águas Claras	Viamão	Porto Alegre	Nova SE convencional	25	69	não	sim	Não possui	Seladas	Sim	não iniciada

Tabela 1.2 - Principais características das subestações a serem readequadas que estão contempladas no Programa

Adequação de Subestações Existentes	Município	Região	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	POTÊNCIA (MVA)	TENSÃO (kV)	Terreno disponível?	Bacia de Contenção	PCB	Baterias	Telecomando de subestações	Situação atual
SE PAL 12 (ampliação)	Porto Alegre	Porto Alegre	Ampliação da SE existente	100	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE PAL5 (adequações)	Porto Alegre	Porto Alegre	Adequações na SE existente	50	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE Vasconcelos - (ampliação)	Sertão Santana	Centro-Sul	Ampliação da SE existente	25	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Será implementado	não iniciada
SE Viamão 2 (ampliação)	Viamão	Porto Alegre	Ampliação da SE existente	50	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE Pelotas 1 (ampliação)	Pelotas	Sul	Ampliação da SE existente	50	138	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE Rio Grande 2 (ampliação)	Rio Grande	Sul	Ampliação da SE existente	50	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE Bagé 1 (ampliação)	Bagé	Campanha	Ampliação da SE existente	25	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Será implementado	não iniciada
SE Cassino (ampliação)	Rio Grande	Sul	Ampliação da SE existente	25	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada
SE Atlântida Sul (ampliação)	Osório	Litoral Norte	Ampliação da SE existente	25	69	sim	sim	Não possui	Seladas	Já possui	não iniciada

¹ Quando o terreno ainda não está adquirido, significa que se encontra em fase de negociação e /ou seleção do local.

Tabela 1.3 - Principais características das linhas de subtransmissão novas contempladas no Programa

Novas Linhas de Subtransmissão	Município	Região	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	EXTENSÃO (km)	TENSÃO (kV)	Faixa de servidão implantada?	LTs com Invasão	Situação atual
LT 69 kV - PAL 14 x PAL 15	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT aérea	7,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL 8 x PAL 17	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT aérea	7,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL 9 x PAL 7 (circuito duplo)	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT subterrânea	6,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL10 x Men. Deus	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT subterrânea	2,6	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL5 x SE Floresta	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT subterrânea	2,5	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL12 x PAL5	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT subterrânea	3,2	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - Ramal Alvorada 2 (circuito duplo)	Alvorada	Porto Alegre	Nova LT aérea	2,5	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69kV - Viamão1 x Aguas Claras	Viamão	Porto Alegre	Nova LT aérea	21,7	69	sim	Não	não iniciada
LT 69 kV - Ramal Albarus x Aeroporto	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT Aérea	2,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - PAL 8 x Zaffari	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT aérea	4,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - Zaffari x PAL 1	Porto Alegre	Porto Alegre	Nova LT aérea	1,0	69	via urbana	Não	não iniciada
LT 69 kV - ATS (saída SE ATL2)	Capão da Canoa	Litoral Norte	Nova LT aérea	3,0	69	sim	Não	não iniciada

Tabela 1.4 - Principais características das adequações das linhas de subtransmissão existentes contempladas no Programa

Adequação de Linhas de Subtransmissão Existentes	Município	Região	LINHA AÉREA/SUBTERRÂNEA	EXTENSÃO (km)	TENSÃO (kV)	Faixa de servidão implantada?	LTs com Invasão	Situação atual
LT 69 kV - Camaquã x São Lourenço	São Lourenço	Centro-sul	Recondutorar a LT existente (aérea)	65,0	69	sim	Não	não iniciada
LT 138 kV -Quinta x Pelotas1 (reisolamento)	Pelotas	Sul	Reisolar a LT existente (aérea)	40,0	138	sim	Não	não iniciada
LT 69 kV - SE ATL 2 x TOR (ASA x Pos)	Arroio do Sal	Litoral Norte	Recondutorar a LT existente (aérea)	20,0	69	sim	Não	não iniciada
LT 69kV Charqueadas - Areal	Arroio dos Ratos	Porto Alegre	Recondutorar a LT existente (aérea)	31,0	69	sim	Não	não iniciada
LT 69 CAM1 X VAS	Camaquã	Sul	Recondutorar a LT existente (aérea)	33,8	69	sim	Não	não iniciada

ANEXO 2:
Plano de Ação Ambiental e de Saúde e Segurança - Programa Pró-Energia RS Distribuição – CEEE-D

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DATA LIMITE (ao final do mês indicado, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo)
1. Fortalecer a estrutura interna para gestão dos aspectos ambientais e sociais na CEEE-D	1. Integrar pelo menos um profissional, contratado ou próprio, em tempo integral para tratar dos aspectos ambientais e sociais.	1. Selecionar, integrar e treinar pelo menos um profissional adicional para trabalhar com as questões ambientais e sociais, incluindo monitoramento ambiental e social e acompanhamento das atividades de trabalho de construção e operação e manutenção, para fortalecer as potencialidades ambientais e sociais em cada subsidiária. Apresentar evidências. 2. Treinar esses profissionais para que possam desempenhar as atividades e funções relacionadas às questões ambientais e sociais. Apresentar evidências.	1. 2º mês 2. 6º mês
2. Integrar o quanto antes a consideração dos aspectos ambientais e sociais	1. Desenvolver e implementar procedimento para que as questões ambientais e sociais sejam plenamente incorporadas desde a etapa de planejamento até a construção e operação.	1. Elaborar minuta de procedimento para essa atividade, levando em consideração as diferentes etapas (planejamento, construção e operação) e considerando todos os tipos de obras relacionadas às atividades da CEEE-D (subestações, linhas de subtransmissão e distribuição, etc.). Apresentar minuta do procedimento. 2. Aprovar e incorporar o procedimento no sistema de gestão da empresa. Apresentar evidências.	1. 3º mês 2. 6º mês
3. Integrar aspectos ambientais e sociais no Sistema de Gestão Informatizado da empresa	1. Incluir no Sistema de Gestão informatizado de uso interno da CEEE-D os aspectos de gestão ambiental e social	1. Apresentar proposta para inclusão de aspectos ambientais e sociais no Sistema de Gestão Informatizado da empresa, com cronograma de implementação. 2. Incluir no Sistema de Gestão informatizado (Sinergia ou similar) de uso interno da CEEE-D os aspectos de gestão ambiental e social (processo de licenciamento ambiental, gestão de resíduos, diretrizes, instituições, etc.). Apresentar evidências.	1. 3º mês 2. De acordo com o cronograma apresentado na proposta e aprovado pelo BID.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DATA LIMITE (ao final do mês indicado, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo)
4. Plano de Gestão de Equipamentos e Materiais com PCBs	1. Desenvolver e implementar um Plano de Gestão de Equipamentos e Materiais com PCBs a partir de um inventário e estipulando um programa de eliminação gradativa.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Efetuar inventário dos equipamentos e materiais que contenham PCBs em cada local. 2. Elaborar e apresentar procedimentos para a sinalização correta dos locais que contenham equipamentos com PCBs, incluindo cronograma de adequação. 3. Apresentar Plano de Gestão de Equipamentos e Materiais com PCBs, incluindo estratégias, procedimentos e cronograma para: (i) substituição gradativa dos equipamentos contendo PCBs (em conformidade com a legislação); (ii) eliminação dos mesmos e dos materiais contendo PCBs; e (iii) para adequação de áreas de armazenamento de equipamentos e materiais contendo PCBs. 4. Implementar Plano de Gestão de Equipamentos e Materiais com PCBs. Apresentar evidências. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. 3º mês 2. 6º mês 3. 9º mês 4. De acordo com o cronograma apresentado no Plano e aprovado pelo BID.
5. Plano de Gerenciamento de Resíduos	1. Implementar efetivamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentar cronograma de implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de acordo com os tipos de instalações e unidades, incluindo a CEEE-D. 2. Implementar o Plano de Gerenciamento de Resíduos em todas as instalações e unidades da CEEE-D. Apresentar evidências. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. 3º mês 2. De acordo com o cronograma apresentado e aprovado pelo BID.
6. Plano de Regularização de Licenças Ambientais	1. Regularizar a situação de licenciamento ambiental de todas as instalações da CEEE-D à luz da Resolução nº01/2010 da FEPAM, mantendo o processo das novas instalações também regularizado.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Realizar e apresentar levantamento sobre a situação atual das instalações antigas, agrupando-as para proceder ao licenciamento. 2. Apresentar Plano de Regularização de Licenças Ambientais, com procedimentos e cronograma para a regularização das instalações antigas e para o licenciamento de novas instalações, no sentido de que a área ambiental participe do processo de tomada de decisão e possa atuar preventivamente, facilitando a obtenção de licenças e autorizações, estipulando responsabilidade pela execução das ações e elaboração dos estudos e levantamentos necessários. 3. Implementar Plano de Regularização de Licenças Ambientais. Apresentar evidências. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. 3º mês 2. 6º mês 3. De acordo com o cronograma apresentado no Plano e aprovado pelo BID.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DATA LIMITE (ao final do mês indicado, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo)
7. Programa de abordagem para as situações de ocupação indevida de faixas de servidão na área de concessão da CEEE-D	1. Verificar situação das linhas de subtransmissão incluídas no Programa Pró-Energia RS Distribuição.	1. Identificar e apresentar os traçados que possuem situação de ocupação indevida das faixas de servidão ou de risco de invasão. 2. Apresentar Programa para abordagem destes casos, incluindo medidas a serem adotadas em procedimentos e cronograma de implementação das medidas.	1. 6º mês 2. 12º mês
	2. Desenvolver e implementar levantamentos, estudos, ações, atividades, normas, procedimentos de melhorias e medidas de controle para tratar das situações existentes de ocupação indevida de faixas de servidão bem como evitar novas invasões no futuro.	1. Apresentar 1º Relatório do Programa focando na preparação de pesquisa e/ou os estudos de atualização previstos para determinar situações existentes de ocupação indevida de faixas de servidão, incluindo modelo do questionário a ser aplicado na pesquisa. A pesquisa deve ser usada também como oportunidade de levar informação sobre os riscos associados à ocupação da faixa de servidão. 2. Apresentar 2º Relatório do Programa , contemplando a execução das pesquisas de atualização, apresentação e interpretação dos dados obtidos e resumindo as principais observações, conclusões e recomendações, bem como descrição de potenciais implicações junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos diversos níveis aplicáveis da Federação. 3. Apresentar 3º Relatório do Programa indicando as ações, atividades, normas, procedimentos e as medidas de controle desenvolvidas para tratar das situações existentes, bem como estratégias preventivas visando eliminar ou pelo menos reduzir o risco adicional de ocupação indevida futura de faixas de servidão. Este relatório deve incluir também um cronograma para implementação do Programa. 4. Implementar Programa. [NOTA IMPORTANTE: Se algum reassentamento for previsto como parte da implementação do Programa, os planos específicos do reassentamento deverão atender a legislação brasileira e serem preparados de acordo com a política OP-710 do BID sobre “Reassentamento Involuntário”, naquilo que for aplicável.]	1. 6º mês 2. 12º mês 3. 18º mês 4. De acordo com o cronograma apresentado no 3º Relatório do Programa e aprovado pelo BID.
8. Programa de Gestão de Ruído em Subestações	1. Elaborar Programa para monitorar e controlar os níveis de ruído nas subestações e áreas adjacentes, visando à minimização de impactos e incômodos à comunidade vizinha.	Realizar e apresentar levantamento dos locais a monitorar, inclusive para determinar situação de referência, priorizando as situações que envolvam obras contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição. Apresentar Programa de Gestão de Ruído , incluindo metodologia (parâmetros, frequência de amostragem, tratamento e análise dos dados, etc.) e cronograma para implementação do mesmo. Apresentar resultados do monitoramento e diagnóstico da situação, bem como especificar eventuais medidas a adotar para atenuar incômodos e impactos.	1. 3º mês 2. 6º mês 3. De acordo com o cronograma apresentado no Relatório do Programa e aprovado pelo BID.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DATA LIMITE (ao final do mês indicado, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo)
9. Programa para regularização junto ao Corpo de Bombeiros das instalações antigas e novas da CEEE-D	1. Obter o certificado de conformidade do Corpo de Bombeiros das unidades/subestações contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição.	1. Apresentar procedimentos e cronograma para obtenção dos certificados de conformidade do Corpo de Bombeiros para as unidades/subestações contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição. 2. Apresentar certificados de conformidade do Corpo de Bombeiros para as unidades/subestações contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição.	1. 3º mês 2. De acordo com o cronograma apresentado no Relatório do Programa e aprovado pelo BID.
	2. Adaptar outras instalações, existentes para cumprir com os regulamentos de segurança, visando obter o certificado de conformidade do Corpo de Bombeiros.	1. Elaborar e apresentar levantamento da situação geral de todas as unidades da CEEE-D, relativamente à conformidade com as regras existentes. 2. Contatar o Corpo de Bombeiros para inspecionar as principais instalações existentes e diagnosticar a conformidade com os regulamentos de segurança. Apresentar evidências. 3. Apresentar procedimentos e cronograma para obtenção dos certificados de conformidade do Corpo de Bombeiros para essas unidades e instalações, inclusive contemplando a implementação de brigadas de incêndio nas unidades e instalações pertinentes. 4. Apresentar certificados de conformidade do Corpo de Bombeiros para essas unidades e instalações.	1. 4º mês 2. 12º mês 3. 18º mês 4. De acordo com o cronograma apresentado no Relatório do Programa e aprovado pelo BID.
10. Plano de Gestão de Passivos Ambientais, Sociais e de Saúde e Segurança	1. Desenvolver e implementar plano para avaliar, remediar e/ou monitorar potenciais passivos ambientais, sociais, de saúde e segurança associados às atividades e instalações da CEEE-D.	1. Seleção de consultoria especializada a ser contratada para realização da avaliação de potenciais passivos ambientais nas principais instalações da empresa (oficinas de manutenção, oficinas mecânicas, depósitos, locais de produção de postes, locais de armazenamento, subestações, etc.). Apresentar evidências. 2. Preparar e apresentar Relatório Inicial de Avaliação de Riscos , incluindo um plano de trabalho detalhado para implementação do estudo de avaliação dos riscos ambientais (Fase I e II, ou equivalente) nas principais instalações e das propostas, quando for necessário. Este relatório deve incluir e focar adequadamente pelo menos os seguintes assuntos e/ou aspectos: (i) Potenciais passivos ambientais, sociais, saúde e segurança, associadas à contaminação do solo e da água, ao ruído e às emissões atmosféricas, manuseio de materiais perigosos e derramamentos de óleos; e (ii) Projetos impróprios de engenharia e situações de manutenção e operação inadequadas. 3. Preparar e apresentar Relatório Preliminar de Avaliação de Riscos , descrevendo em detalhe: (i) Instalações e locais a serem avaliados e priorizados; (ii) Procedimentos, métodos e técnicas a serem aplicados; (iii) Expressão dos resultados do estudo; e (iv) Cronograma de implementação da avaliação. 4. Preparar e apresentar Relatório de Progresso do Estudo da Avaliação de Riscos , descrevendo em detalhe os seguintes aspectos: (i) Resultados do estudo de avaliação dos riscos obtidos no período; (ii) Indicação das medidas de correção, monitoramento das atividades e/ou adicionais investigações necessárias em cada caso.	1. 6º mês 2. 6º mês 3. 12º mês 4. 18º mês

AÇÃO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS ATIVIDADES	DATA LIMITE (ao final do mês indicado, contando a partir da data de assinatura do Contrato de Empréstimo)
		5. Preparar e apresentar Relatório Final do Estudo de Avaliação de Riscos , descrevendo em detalhe os seguintes aspectos: (i) Resultados obtidos para as principais instalações e prioridade das análises relacionadas com cada uma; (ii) As possíveis medidas de correção, monitoramento das atividades e/ou investigações adicionais passíveis de serem desenvolvidas em cada caso; (iii) Proposta preliminar para desenvolvimento de Planos de Ações Corretivas e Preventivas, bem como de monitoramento e investigação, levando em conta as prioridades das análises e os aspectos técnicos, financeiros e logísticos para sua implementação.	5. 24º mês
11. Plano de Contingências Ambientais	1. Elaborar Plano de Contingências Ambientais para eventuais acidentes ou incidentes com potenciais consequências ambientais.	1. Realizar análise dos aspectos, impactos e riscos ambientais que envolvem as diferentes atividades da CEEE-D, contemplando medidas para evitar e controlar os riscos, impactos identificados e procedimentos técnicos, administrativos e operacionais correspondentes nas unidades/subestações contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição. Apresentar evidências. 2. Apresentar Plano de Contingências Ambientais para as unidades/subestações contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição. 3. Realizar uma análise dos aspectos, impactos e riscos ambientais que envolvem as diferentes atividades da CEEE-D, contemplando medidas para evitar e controlar os riscos, impactos identificados e procedimentos técnicos, administrativos e operacionais correspondentes nas outras unidades e instalações existentes. Apresentar evidências. 4. Apresentar Plano de Contingências Ambientais para outras unidades e instalações existentes.	1. 6º mês 2. 9º mês 3. 12º mês 4. 18º mês
12. Plano de Gestão de Saúde e Segurança	1. Reforçar as campanhas de segurança no trabalho com relação a procedimentos de segurança nas unidades existentes.	1. Realizar campanhas da área de segurança no trabalho para reforçar a utilização de EPI's e atendimentos aos procedimentos de segurança tanto entre os colaboradores, como entre os contratados. Apresentar cronograma e evidências de realização. 2. Relativamente às obras contempladas no Programa Pró-Energia RS Distribuição Incluir um anexo que inclua cláusulas de saúde e segurança nos processos licitatórios. E intensificar atividades de fiscalização com relação ao cumprimento dessas cláusulas nas obras. Apresentar evidências.	1. 3º mês 2. 6º mês
13. Informar periodicamente ao BID quanto à conformidade ambiental, social e de saúde e segurança das obras do Programa Pró-Energia RS Distribuição, bem como da implementação deste Plano de Ação	1. Preparar e apresentar relatório e devidas evidências, indicando a conformidade com os quesitos ambientais, sociais e de saúde e segurança associados ao Programa Pró-Energia RS Distribuição, bem como ao desenvolvimento e implementação das atividades deste Plano de Ação	1. Preparar e apresentar periodicamente Relatório de Conformidade Ambiental e Social (RCAS) , com estrutura e conteúdo satisfatórios ao BID, incluindo, entre outras informações, detalhamento quanto ao cumprimento das atividades do presente Plano de Ação.	1. Semestralmente durante os dois primeiros anos de vigência do contrato de empréstimo; anualmente a partir do segundo ano.

